

Os Trapalhões 2065 no governo

O governo mudou novamente o número do decreto de arrocho salarial: agora é 2.065. Para cumprir as ordens do FMI, o general Figueiredo e sua equipe trocam os números, mas mantêm o ataque aos salários. São as trapalhadas de um governo a serviço do imperialismo. Veja o engodo do novo decreto salarial na pág. 3.



EDITORIAL

Decreto inaceitável

Cinco decretos-lei já foram tentados este ano pelo governo para aplicar o arrocho salarial. Cada um deles tem uma cara diferente mas o conteúdo é invariavelmente o mesmo: fazer com que os trabalhadores paguem pela incompetência do governo e por sua submissão ao FMI.

O ministro Ernane Galvêas, num momento de desespero revelou de forma humilhante a que ponto chegou a subserviência dos donos do poder. Ele disse: "Esta idéia fixa sobre o corte dos salários não é nossa... Não dá para deixar os salários intocados. Eles lá fora não iriam aceitar isso. Jamais. Não aceitamos mesmo." Em qualquer lugar com um mínimo de democracia, uma declaração destas levaria para a cadeia os implicados nesta flagrante traição à pátria. Mas no regime dos generais eles continuam governando, com decreto sobre decreto, do 2.012 ao 2.065.

Acuados pela oposição unânime dos trabalhadores, dos democratas e até por setores do PDS, os ocupantes do Planalto substituíram o decreto 2.064, que baixaram incontestavelmente há menos de uma semana, pelo 2.065, dizendo que "ouviram" outras opiniões, e que desta forma demonstram a boa vontade de negociar. Pura enrolação.

A tática dos governantes é ameaçar com o pior para tentar passar o que querem. Cedem migalhas para impor o essencial. Cercam Brasília com as tropas do general Newton Cruz — que já foi comparado a Mussolini pelo próprio general Figueiredo, por seu porte marcial, e chamado de Newton Cruz *Suástica* por suas idéias. E aí, com a capital sitiada, impedindo o povo de levar suas posições aos congressistas e de fazer pressão sobre seus representantes, tentam intimidar os opositores vacilantes para engolir a política de arrocho ditada pelos banqueiros estrangeiros.

Uma negociação exigiria no mínimo que os sindicatos e entida-

des populares tivessem liberdade de manifestação, que o direito de greve fosse garantido, e que os parlamentares pudessem discutir e votar sem imposições e sem ultimatus. O encaminhamento jamais poderia ser através do arrogante expediente do decreto-lei mas sim por projeto de lei para que todas as correntes representadas no parlamento pudessem propor alterações ou substituições e votar com independência.

Alguns opositores já declararam que antes de tomar posição sobre o novo decreto-lei 2.065 querem ouvir a opinião dos representantes dos trabalhadores. É uma atitude louvável. Mas não é necessária muita complicação. Os trabalhadores já vivem uma situação de miséria. O povo não tem nenhum interesse em negociar mais arrocho. Qualquer achatamento salarial, seja qual for o pretexto usado, é inaceitável.

Com este governo, que confessa abertamente que *eles lá fora não aceitariam jamais deixar os salários intocados*, qualquer negociação é inútil pois, por seus compromissos com o FMI, não quer e não pode mudar a política de arrocho salarial. As trapalhadas destes governantes visam esmagar o povo e a nação, para servir ao capital financeiro internacional. E a tal ponto chegaram estes desafortunados que hoje o governo exauriu-se. Não governa. Vive de expedientes. Precisa urgentemente ser substituído por um novo governo, que tenha representatividade, que seja construído pelo que há de sadio no país: os democratas e o movimento popular.

Esta semana, para fazer frente à ofensiva do novo decreto, urge a união de todas as forças opositoras para exigir a imediata revogação das medidas fascistas de emergência, para defender as prerrogativas do Congresso Nacional e para exigir firmeza também na rejeição do 2.065 e de toda a política de arrocho salarial.

Intransigência patronal revolta os metalúrgicos

Fiesp faz pouco caso e luta salarial esquentada. Pág. 8

Trens e PM são alvo da explosão popular

Atraso de trens resulta em revolta na periferia paulista. Pág. 8

Proibido ato pela legalidade do PC do B

O ato público pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, convocado para esta sexta-feira na Assembléia Legislativa de São Paulo, teve que ser suspenso apenas 24 horas antes de sua realização, devido a uma arbitrária chantagem do governo federal. O superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Romeu Tuma, colocou a Assembléia Legislativa diante da ameaça de cer-

car militarmente o prédio e prender os presentes a manifestação, por ordem de Brasília.

Diante deste veto discricionário e truculento, e para evitar uma provocação contrária aos interesses do povo, os organizadores do ato optaram por suspendê-lo. Na pág. 3, o protesto do presidente da Assembléia, deputado Nefi Tales.



Pai, o novo presidente; ao fundo, Honestino

A vitória da Viração na UNE

A Tendência Viração não perdeu uma só votação no XXXV Congresso da UNE. Pág. 5

Comunistas repudiam medidas de emergência

Nota divulgada à imprensa, na pág. 3

Reagan promove brutal invasão de Granada

Os Estados Unidos lançam uma operação contra um pequeno país do Caribe. Pág. 2



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

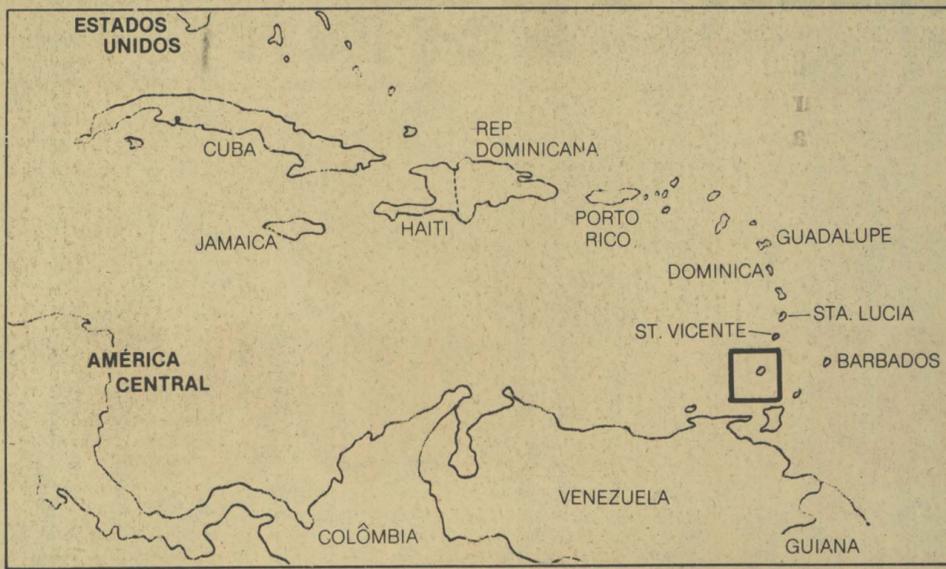
Soldados de Reagan invadem a pequena ilha de Granada

Numa das ações mais covardes de sua longa lista de crimes, o imperialismo norte-americano invadiu Granada na manhã do dia 26. Os argumentos usados por Reagan para explicar seu crime constituem um atentado à inteligência. A agressão visa a abrir caminho para a invasão da Nicarágua e ameaçar a luta dos povos latino-americanos como um todo.

A ação ianque faz parte da disputa de áreas de influência no mundo pelas duas superpotências, visando melhor colocação estratégica para a guerra mundial em preparação. A URSS, ao que tudo indica, estimulou o golpe que derrubou Bishop em Granada, para obter mais um ponto de apoio no Caribe. Os EUA, menos sutis, recorreram ao argumento militar, que aliás tem sido o mais usado por Ronald Reagan.

Há duas semanas Granada vivia uma série de acontecimentos ainda pouco esclarecidos, que culminaram na morte do primeiro-ministro Maurice Bishop. Ele representaria uma linha nacionalista mais independente, afastada por uma ala do partido no poder — o Jewel — mais vinculada aos interesses soviéticos. Aproveitando a situação tumultuada, o governo norte-americano enviou à pequena ilha uma força tarefa de 10 navios, encabeçada pelo porta-aviões Independence, com 2 mil soldados.

Após o desembarque dos "marines", cerca de 300 homens da polícia e do exército de seis ilhas vizinhas, governadas por lacaios de Washington, foram levados ao aeroporto. O pequeno e mal-equipado exército granadino, com pouco mais de mil soldados, ainda resistiu com vigor e coragem. Cubanos que estavam na



ilha receberam ordens de Havana para participar da resistência. O total de baixas ainda não é conhecido. O embaixador de Granada em Moscou deu conta de mais de 1.200 granadinos mortos. O primeiro-ministro da Jamaica afirmou que 12 cubanos morreram. O secretário de Estado dos EUA, George Schultz, que adiou sua viagem ao Brasil para participar da coordenação do ataque, admitiu a morte de três invasores ianques. Trinta e dois conselheiros soviéticos foram presos, o que ataca ainda mais a confrontação entre as superpotências.

Para a imprensa, o presidente Reagan disse que precisava "proteger vidas inocentes, inclusive de mil americanos", daí ter invadido Granada. Acontece que dois dias antes o governo de Granada já havia concedido passes a 11 diplomatas, inclusive dos

EUA, para se movimentar livremente até o fim do toque de recolher, que se daria no dia 26, e confirmar a segurança de seus compatriotas. O próprio reitor da Faculdade de Medicina — onde estuda a maioria dos americanos em Granada — desmentiu Reagan, afirmando que "a invasão foi um grande erro que pôs em perigo a vida dos americanos" que "não estavam ameaçados, nem corriam perigo algum".

Reagan ainda afirmou que precisava "evitar um caos maior", argumento que dispensa comentários. A invasão de Granada faz parte de um esforço de guerra maior, que ameaça a humanidade com uma hecatombe nuclear.

Por fim, o cowboy assassino argumenta que queria "ajudar a restaurar as condições da lei, da ordem e das instituições democráticas na ilha de Granada". Pura

demagogia e petulância! O imperialismo norte-americano sempre foi e continua sendo o maior instigador da destruição da democracia na América Latina. Basta lembrar os casos da Guatemala em 1965, do Chile em 1973 e da Guatemala mais recentemente, entre inúmeros outros.

A invasão estava sendo preparada para subverter e derrubar o governo de Maurice Bishop, por este não se submeter a Washington. Tampouco tem fundamento a acusação de que Granada estava construindo uma base aérea para forças cubanas e soviéticas. O aeroporto local estava sendo construído por técnicos cubanos e ingleses — estes representando a Comunidade Econômica Europeia, aliada dos EUA.

(Luís Fernandes)



Soldado norte-americano olha os escombros da sede de seu batalhão

Os ataques contra as tropas de ocupação norte-americanas e francesas em Beirute no dia 23 revelaram até onde pode chegar a política belicista de Ronald Reagan no Oriente Médio. Mais de 200 soldados ianques e 50 pára-quadistas franceses foram mortos!

Este é o maior número de baixas de soldados norte-americanos num único dia em incidente militar desde a guerra do Vietnã. E o resultado pode ser transformar o Líbano no Vietnã de Reagan...

Dois caminhões carregados com uma tonelada de dinamite se lançaram sobre o edifício-sede do batalhão dos "marines" no aeroporto de Beirute e sobre o prédio que servia de alojamento para 84 soldados franceses. O governo norte-americano logo acusou o Irã de estar por trás da ação. Responsabilizou também a Síria e a União Soviética. Não considera, contudo, que ações deste tipo possam ser consequência do ódio dos povos árabes contra a presença de tropas imperialistas em seu território.

Após o ataque contra os soldados americanos e franceses, Reagan não só reafirmou que os "marines" continuarão no Líbano, como ordenou imediatamente que um corpo de fuzileiros substituisse os soldados

mortos. Foi convocada também uma reunião extraordinária dos chanceleres dos quatro países imperialistas que compõem a "força de paz" — EUA, França, Inglaterra e Itália — para acertar uma nova postura das tropas no Líbano.

Um aumento da participação das tropas ocidentais nas lutas do Líbano, além de ativar o sentimento de luta antiimperialista dos povos árabes, torna mais iminente um confronto direto EUA x URSS. Existem centenas de assessores soviéticos entre as tropas da Síria que inevitavelmente serão arrastados e envolvidos no conflito. Os imperialistas ianques podem ainda aproveitar a "ocasião" para atacar diretamente o Irã, usando a morte de seus soldados como pretexto. Afinal, no último mês, houve uma autêntica escalada de cerco e mobilização das forças pró-norte-americanas contra o Irã, na rasteira da guerra deste país com o Iraque.

A Albânia contra as superpotências

O ministro do Exterior da Albânia, Reis Malle, discursou no dia 5 de outubro na Assembléia Geral da ONU, condenando a política agressiva dos Estados Unidos, União Soviética e outros países imperialistas. O representante albanês defendeu a luta dos povos pela libertação nacional e pela paz. A seguir, trechos de seu discurso:

"A situação política internacional não está de modo algum melhor que no ano passado. Ao contrário, ela se apresenta mais confusa, mais complicada e muito tensa. Devido à política de agressão, de opressão e de imposição seguida pelas superpotências e das outras potências imperialistas, muitos dos povos e países que têm sido obrigados a enfrentar fortes pressões econômicas, políticas e militares sofrem privações sem nome e mesmo vivem em situação de guerra. (...)

A presença dos EUA e da URSS

"Em cada grande acontecimento mundial, a cada conflito regional, nos deparamos com uma das superpotências, ou as duas juntas. De uma maneira ou de outra, em graus diversos, todos os povos confrontam-se com as intervenções e ameaças da política agressiva do imperialismo americano e do social-imperialismo soviético. São muitas as regiões e zonas do mundo, como o Afeganistão e o Líbano, como todo o Oriente Médio, a América Central, a África do Sul e o Sudeste da Ásia, etc., onde se desenrolam conflitos e guerras locais, que trazem aos povos sofrimentos e desgraça. (...)

"Muito barulho foi feito sobre a assinatura do documento oficial de Helsinque, do mesmo modo que sobre a reunião de Belgrado e dos recentes compromissos de Madrid. Ora, à parte a propaganda demagógica, os povos não vêem nenhuma medida concreta que justifique por pouco que seja o "otimismo" da maratona de reuniões sobre a "segurança européia".

"Que valor podem ter essas reuniões, documentos, atos e resoluções, quando a Europa está convertida em um variável arsenal de armas convencionais e estratégicas, quando os imperialistas americanos multiplicam na Europa os mísseis Cruise e Pershing-2 e os social-imperialistas soviéticos apontam contra os paí-

ses europeus seus foguetes SS20? Difundem-se falsas ilusões sobre as negociações que se desenvolvem em Genebra sobre as armas nucleares. Mas os povos europeus não podem esperar sua segurança de certos cálculos matemáticos que são apresentados a cada dia à opinião pública pelas superpotências, como são as propostas e contrapropostas sobre o número de mísseis que devem ser instalados no continente. Admitir tais sofismas significa cair na armadilha da teoria do equilíbrio de forças entre os EUA e a URSS e, em consequência, aceitar seu ditame.

"A paz e a segurança na Europa e no mundo são preservadas e reforçadas pela oposição à política agressiva das superpotências. (...)

"De sua parte, a República Popular Socialista da Albânia traduz suas declarações em atos. Não permitirá jamais a instalação de bases militares estrangeiras em seu território, e nem permitirá a quem quer que seja ameaçar ou lesar os interesses, a liberdade e a independência nacional dos povos e Estados vizinhos.

"O estabelecimento no Líbano de tropas americanas e de tropas de certos países europeus, se constitui um precedente de perigosas consequências. De fato, legaliza-se uma ação, que, de uma forma ou de outra, abre o caminho para o retorno à antiga política das potências imperialistas que, a pretexto de "restabelecer a ordem", enviam suas forças armadas a diversos países para estabelecer sua dominação. (...)

"A ação de Israel contra os povos árabes é encorajada e favorecida ainda pela política da URSS, por seus complôs e negociações com os EUA. Além do mais, é notório que, à parte os confrontos e conflitos que as opõem, as duas superpotências se esforçam por se entender às custas dos povos. Isto aparece nas concessões recíprocas que tentam se fazer para poder agir em silêncio, cada uma por sua parte, no Afeganistão e na Polônia, no Oriente Próximo e na



"Os albaneses não vivem na angústia e na incerteza do amanhã".

América Central. Independente das declarações de Moscou e Washington, de seus ataques recíprocos, a teoria das zonas de influência continua operante. (...)

"Uma situação muito séria se criou na América Central, onde os EUA acentuaram suas pressões e suas intervenções militares contra o povo amante da liberdade da Nicarágua, para onde enviam mercenários para esmagar a luta dos povos da região. Os acontecimentos na América Central provam que os EUA simplesmente não podem tolerar a situação criada no seu "quintal", onde os povos se lançam contra a agressão, a pilhagem e a exploração. Os povos da América Latina se opõem às pressões e aos ataques diretos do imperialismo norte-americano, mas também às manobras do social-imperialismo soviético, que se esforça por tirar proveito do antagonismo dos povos com o imperialismo americano, a fim de abrir caminho à sua própria penetração.

"O povo albanês está com os povos da América Latina, que desejam rechaçar as intervenções brutais do imperialismo norte-americano. Defendamos o direito do povo nicaraguense a viver li-

vre e independente em seu país, a luta do povo de El Salvador, assim como o direito soberano da Argentina sobre as ilhas Malvinas. (...)

A situação da Albânia é sadia

"A situação econômica e política da RPS da Albânia é sadia. Nosso povo obteve importantes sucessos em todos os domínios da vida e na realização de seus planos de desenvolvimento, apoiando-se sobre suas próprias forças. Em nosso país as pessoas não vivem na angústia e na incerteza do amanhã, pois não existem lá os fenômenos que se observam em muitos países do mundo, como as crises, a inflação e o desemprego, a alta de preços, a droga e outras chagas. O bem-estar das massas trabalhadoras cresce constantemente e elas encaram o futuro com confiança. Todas as vitórias alcançadas por nosso povo no curso destes quatro decênios de poder popular devem-se ao nosso sistema verdadeiramente socialista, à justa direção do PTA tendo à sua cabeça o grande filho do povo albanês, camarada Enver Hoxha."

A Europa luta pela paz

Uma verdadeira explosão de gigantescas mobilizações pela paz sacudiu a Europa Ocidental entre os dias 23 e 25. Ao todo, mais de 3,5 milhões de manifestantes saíram às ruas de diversas capitais protestando contra a instalação de 572 novos mísseis nucleares da OTAN.

Os países que vão receber os mísseis foram palco das maiores mobilizações. Na Itália, mais de 1,5 milhão de pessoas realizaram uma manifestação monstro em Roma, apesar do boicote e oposição dos partidos Democrata-Cristão, Socialista, Republicano, Radical, Social-Democrata, Liberal, e da Federação Unitária dos Sindicatos Italianos. Os protestos foram

realizados diante das embaixadas dos EUA e da URSS, com a palavra de ordem central de "Contra todos os mísseis, pela paz!"

Em Londres, 500 mil pessoas se juntaram no Hyde Park na maior manifestação contra a guerra da história da Grã-Bretanha. Na Alemanha Ocidental, mais de 1 milhão de pessoas tomaram parte das mobilizações — fato inédito no país desde o fim da II Guerra Mundial. No domingo os atos contra os mísseis reuniram 300 mil pessoas em Bruxelas e 150 mil em Madrid. Outras manifestações foram realizadas na França, Áustria, Suécia e Islândia.

Por que apoio a Tribuna Operária



Foto: Luís Carlos Leite

Considero este jornal uma trincheira de luta pela liberdade e em defesa dos setores populares. Através da Tribuna Operária podemos ter conhecimento da organização dos trabalhadores, estudantes, donas-de-casa etc. Podemos ter a denúncia dos desmandos desse regime. É uma grande contribuição na elevação da consciência política do nosso povo. Clara Araújo, presidenta da União Nacional dos Estudantes.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária

() Anual de apoio (52 edições)	Cr\$ 10.000,00
() Anual Comum (52 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral de apoio (26 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral comum (26 edições)	Cr\$ 2.500,00
() Exterior, anual	70 dólares

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antônio) - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318

Nome:
 Endereço:
 Cidade: Estado: CEP:
 Profissão: Data:

Fundação Maurício Grabois

Unidade para salvar a nação

Nota distribuída à imprensa pelos comunistas que lutam pela legalidade do Partido Comunista do Brasil.



Isolado e repudiado, o governo recorre às medidas policiais de emergência.

"Recorrendo uma vez mais ao arbítrio e pondo à mostra a falácia da abertura política, o general Figueiredo decretou abusivamente medidas de emergência, que correspondem a um estado de sítio, em Brasília. O argumento usado — baderna e pressão descabida sobre o Congresso — não tem o menor fundamento. A capital da República vivia e vive normalmente suas atividades, agora sujeitas ao autoritarismo do general Newton Cruz designado executor de tais medidas.

"Esse decreto é parte de um plano arquitetado por militares fascistas tendo em vista atemorizar a nação, intimidar democratas e patriotas que resistem aos desmandos do regime despótico. Visa particularmente levar à prática a orientação ditada pelo Fundo Monetário Internacional que exige jogar o peso da crise sobre os trabalhadores, com maior achatamento salarial, e tomar providências fiscais e financeiras que aprofundam a recessão, afetam seriamente a economia brasileira e criam graves problemas sociais. Os banqueiros estrangeiros querem espóliar mais ainda o país, obrigar o pagamento de juros e dívidas que já foram, efetivamente, pagos. Submissos, Figueiredo e sua equipe ministerial seguem as diretrizes que vêm do exterior e, por isso, usam a violência e atos arbitrários tentando esmagar os anseios e o justo protesto da grande maioria da nação.

"Por seus efeitos intimidatórios e fortemente restritivos à liberdade, o decreto da emergência serve também para proteger os envolvidos nas grandes denúncias de corrupção, nas negociatas que envolvem trilhões de cruzeiros desfalcados fraudulentamente do Tesouro Na-

cional. Tenta-se silenciar a imprensa, o Parlamento e as Comissões de Inquérito que averiguam e revelam a verdadeira extensão, dando o nome dos responsáveis, da maior falcatura já realizada na história da administração pública federal.

"O plano arbitrário em execução tem igualmente relação com a questão sucessória. O regime militar, repudiado pela grande maioria da nação, encontra sérios obstáculos visando impor o seu candidato a um novo período governamental, candidato que assegure a continuidade do atual estado de coisas. Dentro das normas em vigor, embora restritivas e viciadas, tal imposição não consegue vingar. Isolado e desacreditado, o governo de Figueiredo perde o controle da sucessão e só lhe resta apelar, como os seus antecessores, para os atos de exceção.

"Não estamos, porém, em situação idêntica às de 1.964 e 1.968, quando os militares e sua política antinacional e antipopular ainda não se haviam desmascarado inteiramente. Hoje, o país toma consciência dos desatinos do sistema político que dura há quase 20 anos, do beco sem saída da política que conduziu o Brasil às portas da falência, ao comprometimento de sua soberania, ao espantoso

crescimento da miséria que afeta particularmente os trabalhadores e as massas populares. O descontentamento cresce, o repúdio ao arbítrio ganha novas dimensões, a exigência de liberdade e do fim desse regime fracassado avoluma-se como nunca. Os brasileiros não se mostram dispostos a suportar, por mais tempo, o despotismo dos generais.

"É preciso derrotar tais planos reacionários que começaram por Brasília e pretendem alcançar o conjunto do país. Exigir a liberdade e conquistar uma nova situação nacional. E isto não se poderá alcançar com a conciliação, com o chamado consenso, com os pretensos diálogos entre a oposição e o autoritarismo. Não há por que dialogar com quem se comporta como ferrenho adversário dos princípios democráticos, com intransigentes executores de uma política econômico-social catastrófica para o Brasil e o seu povo. O que se faz necessário é, precisamente, reforçar mais ainda a oposição ao governo que envereda abertamente pelo caminho dos atos de exceção.

"Protestemos por todos os meios contra o decreto de medidas de emergência em Brasília, reclamando sua imediata suspensão. Impeçamos novos atentados à liberdade. Apoiemos o Congresso do

Governo veta ato do PC do B

Devido às pressões do governo federal — inclusive ameaças de cerco à Assembleia Legislativa de São Paulo e prisão dos presentes — foi adiado o ato pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, que seria realizado no dia 28. O presidente da Assembleia, deputado Nefi Tales, emitiu nota à imprensa explicando o adiamento do ato:

"A pedido de deputados desta Casa, a mesa diretora cedeu as dependências da Assembleia Legislativa para a realização de um ato pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, por considerar legal, justo e legítimo este propósito, dentro do espírito democrático de ampliação das liberdades políticas no país.

"Essa decisão obteve a anuência dos senhores líderes de todas as bancadas partidárias aqui representadas.

"Nas últimas 48 horas, autoridades federais têm insistido no impedimento da realização do ato.

"Em face da atual situação existente no país, de ameaças às conquistas democráticas duramente alcançadas por nosso povo, os organizadores do evento decidiram adiar a sua realização, mantendo no entanto a decisão tomada de, oportunamente, realizá-lo."

no repúdio aos decretos-leis de arrocho salarial. Pugnemos pela ampla unidade da classe operária, pela sua mobilização e a de todos os democratas e patriotas a fim de salvar a nação do abismo para onde está sendo empurrada pela oligarquia que domina o poder.

"O povo unido nunca será vencido."

Arrocho troca de roupa novamente

O arrocho salarial tem novo número: 2.065, o novo decreto do governo, com pequenos retoques para atrair os descontentes do PDS e do PTB. O Planalto anunciou que, no geral, as folhas de pagamento terão um reajuste de 87% do INPC. Mas Delfim Netto já disse que "com mais uns apertos a gente chega aos 80%, que era a nossa meta."

O novo decreto traz poucas alterações substanciais em relação ao 2.064, e continua sendo pior que o 2.024, já derrotado no Congresso. Atenua um pouco as reduções salariais (veja quadro abaixo), retira o artigo que penalizava os aposentados, reintroduz o sistema de reajustes "em cascata", e altera a sistemática do aumento das prestações da casa própria, limitando-as a 80% do reajuste do maior salário mínimo.

A aprovação do 2.065 não está garantida. Até deputados do grupo "Participação" do PDS, como Teodorico Ferraz e José Machado, resistem à idéia de apoiar o projeto. Mesmo no PTB, cujo presidente em exercício, Ricardo Ribeiro, disse ao vice-líder do PDS, José Lourenço, "agora, vocês podem contar comigo", há resistências. Os deputados Farabulini Jr., Mendes Botelho, Jorge Coury e Gastone Righi insistem em que Ribeiro não tem delegação da bancada para assumir compromissos com o governo.

MOBILIZAR O POVO
O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, afirmou à Tribuna Operária que "se o governo desejasse o debate no Congresso, ele deveria encaminhar um projeto de lei, e não um decreto. Nós ainda não conhecemos o conteúdo do 2.065. Mas somos contrários à prática de legislar por decreto".

Segundo o vice-líder do PMDB, deputado Haroldo Lima, "o 2.065 é apenas um massacre menor em relação aos anteriores. Mas é igualmente um massacre. As oposições não podem negociar com os salários dos operários e dos trabalhadores. No momento em que a conciliação e a vacilação começam a ganhar terreno, a resposta combativa do movimento popular precisa ser forte e decisiva. Só com o povo ao nosso lado, nas ruas, conseguiremos forças suficientes para romper com as vacilações e conquistar essa nova e importante vitória, derrotando também o 2.065."

Também o secretário-geral do PMDB, deputado Francisco Pinto, não aceita o 2.065: "O governo não pretende dialogar, mas impor. Seu próprio partido se sentiu traído pelas imposições dos ministros da área econômica, obrigando o governo a encerrar essa farsa de negociação."

Para quem ganha até sete salários mínimos (Cr\$ 399.840,00, a partir de 1º de novembro), o 2.065 não apresenta modificações em relação ao 2.064. A partir dessa faixa, ele reintroduz os "reajustes em cascata" (efeito cumulativo), produzindo adicionais variáveis de 1% a 9% a partir da faixa dos oito até os 20 salários mínimos.

Mas convém lembrar que o INPC é expurgado pelo governo. Daí o sorriso que se desenhava nos lábios do ministro Delfim Netto ao sair da reunião com o PDS que definiu o 2.065, e sua afirmação de que "com mais uns apertos a gente chega aos 80%, que era a nossa meta". Delfim anunciou ainda que "vamos reapresentar o 2.036", o decreto que mantém o reajuste dos funcionários públicos em 80% do INPC expurgado.

APLICANDO O ARROCHO
Aproveitando um exemplo dado pelo jornalista Helival Rios, que analisa o reajuste salarial de um trabalhador que ganhe Cr\$ 1.100.000,00 por mês, vê-se que há pouca diferença entre o 2.064 e o 2.065 para os trabalhadores tidos como "de classe média".

Os reajustes foram feitos levando em conta o período em que o decreto é válido — até 31 de julho de 1985. Foi considerado como taxa de inflação o Índice Geral de Preços (que em setembro foi de 84,1%), e como INPC 64,2% (também o valor de setembro deste ano). Esses índices foram repetidos em todos os reajustes.

Vale notar que, se o salário de Cr\$ 1.100.000,00 fosse reajustado de acordo com a inflação, em julho de 1985 ele seria de Cr\$ 12.635.940,00; Cr\$ 7.868.004,00 a mais do que com a aplicação do decreto 2.065!

E, no caso do salário mínimo, se ele fosse reajustado de acordo com o Índice Geral de Preços (repetindo-se o índice registrado em setembro nos próximos semestres), iria para Cr\$ 399.479,76 em julho de 1985. Pelo INPC expurgado, o salário mínimo ficaria em Cr\$ 252.794,00. Quase Cr\$ 150 mil de diferença! É o arrocho que o governo quer aprovar no Congresso, a mando do FMI.

As perdas reais dos salários com o 2.064 e com o 2.065 e pelos expurgos, até julho de 1.985, em relação aos reajustes semestrais, se fossem feitos pelo Índice Geral de Preços. Valores em cruzeiros.

Data	Salário reajustado pelo IGP	Reajuste pelo 2.064	Reajuste pelo 2.065
Julho/83	1.100.000	1.100.000	1.100.000
Jan./84	2.025.100	1.509.200	1.581.448
Jul./84	3.728.200	2.127.970	2.226.118
Jan./85	6.863.630	3.070.660	3.207.655
Jul./85	12.635.940	4.470.260	4.767.936

No período, haverá uma perda real do poder aquisitivo de 62,3% pelo 2.065.

Brasília continua sob o tacão do general Cruz

Brasília continua sob o tacão do general Newton Cruz, o todo poderoso comandante militar do Planalto, responsável pela execução das medidas de emergência decretadas pelo governo militar para o Distrito Federal desde a semana passada. Apesar de todos os protestos surgidos no país, o governo não deu nenhuma demonstração concreta de sua disposição para revogar estas medidas arbitrarias e antidemocráticas.



Newton Cruz: "vocaçãofascistóide"

A disposição do regime de aplicá-las ficou comprovada pela nota emitida pelo general Newton Cruz proibindo a realização de reuniões inclusive em recintos fechados e pela interdição policial da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), na segunda-feira. Na madrugada a sede havia sido invadida por policiais federais, que confiscaram fitas gravadas e os documentos do Encontro dos Advogados. A invasão representou uma violência contra as instituições democráticas. E o que é mais grave, significou um abuso de poder, reconhecido pelo próprio general Cruz. Depois de perceber o absurdo que cometera, ele convocou a imprensa para afirmar pateticamente: "É acho que quebramos a cara".

Para o deputado federal Aldo

OAB reivindica a punição

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados se reuniu extraordinariamente no dia 25, no Rio, para tratar da invasão e interdição da sua sede em Brasília. Todas as seccionais do país se fizeram presentes e foi aprovado por unanimidade uma nota em que a OAB afirma: "A invasão da sede constitui inominável violência que atinge não só os advogados como toda a sociedade brasileira. Exige, conseqüentemente, mais que um protesto formal, a exata definição da responsabilidade pelos atos praticados. A existência das medidas executadas contra a seccional de Brasília prova a preservação do intolerável autoritarismo e desmente o propalado restabeleci-

mento de um sistema democrático de governo". A reunião também criticou duramente as medidas de emergência implantadas no Distrito Federal e decidiu realizar uma manifestação cívica e política quando da desinterdição da sua sede.

Já a Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou requerimento do líder do PMDB, deputado Eduardo Bonfim, prestado solidariedade à OAB e condenando a invasão e interdição da sede. Em seu discurso, Bonfim lembrou que "nem nos tempos do AFS a OAB foi violada. Isto mostra o grau de arbítrio a que chegou um governo separado do povo".

(das sucursais).



Advogados de Brasília se concentram diante da sede invadida pela PF

Arantes, do PMDB de Goiás, esses episódios não podem passar impunes. "A nação repudia veementemente as violências cometidas contra a OAB e exige o castigo dos responsáveis. Está na hora de acabar com a impunidade que grassa neste país. Se o general Cruz se excede, que seja afastado do posto que ocupa".

ATOS DE INTIMIDAÇÃO

A invasão da OAB demonstrou, segundo políticos da oposição, que o governo pretende incrementar as medidas de emergência como instrumento de pressão sobre o Congresso e de intimidação do movimento popular. O alvo dessa estratégia é a votação do novo decreto de arrocho salarial, que o governo insiste em votar ainda este ano para atender às exigências do FMI. Segundo o líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, "dá a impressão de uma demonstração de força. O governo está querendo mostrar à nação que ainda dispõe de um instrumento autoritário. As medidas de emergência são uma forma impropria de pressão de um poder sobre o outro".

Já o secretário geral do PMDB, deputado Francisco Pinto, acredita que com as medidas de emergência "o governo pretende fazer um teste para lembrar aos democratas como os golpistas poderão agir sob o comando violento do general Newton Cruz, que deu uma mostra de sua vocação fascistóide ao invadir a OAB. No entanto, eles se esqueceram que estão sozinhos. Hoje a nação inteira se coloca contra os objetivos e as intenções deste pequeno grupo que se encaustelou no poder".

As reações contra as medidas de emergência continuam. No Congresso Nacional as oposições decidiram obstruir todas as votações, pedindo verificação de quórum, até que as medidas sejam revogadas. A Executiva Regional do PMDB-DF divulgou nota à população protestando. "Enquanto o povo de Brasília reivindica o direito de eleger seus representantes, é sorteado com essas medidas. Trata-se de uma agressão frontal ao povo do DF e ao mesmo tempo uma demonstração de temor diante das tentativas de manipulação populares", diz a nota. (da sucursal).

FORÇA DE MOBILIZAÇÃO
Maurício Grabis

Frota confirma a corrupção

O ex-ministro do Exército, general Sílvio Frota, prestou depoimento na CPI da dívida externa e confirmou a existência do relatório Saraiva com denúncias contra o ministro Delim Neto, o diplomata Vilar Queirós e o assessor Carlos Alberto de Andrade Filho. O governo agora ou afasta os implicados, ou confessa abertamente cumplicidade com a corrupção.

Embora sem acrescentar fatos novos, Sílvio Frota foi conclusivo ao informar que o relatório Saraiva se constitui de um conjunto de documentos formados por dois textos, uma informação e um informe. Neles o então adido militar da embaixada brasileira em Paris relatava ter denúncias de recebimento de comissões por parte de diplomatas brasileiros, por crédito



Frota, ex-ministro do Exército

fornechos pelo Banco de Crédito Comercial da França, com uma importante correção: a comissão recebida pelos diplomatas

em relação ao financiamento para a usina de Água Vermelha foi de 10 milhões de dólares, e não de seis milhões como afirmaram os outros depoentes.

O general revelou que os documentos foram enviados ao general Figueiredo, então chefe do SNI, através do general Antônio da Silva Campos. Ele disse ainda que os documentos são classificados como "reservados", o que na sua opinião não impede que eles sejam fornecidos oficialmente à CPI, o que só ocorreria se fossem "secretos" ou "ultra-secretos".

O PDS fez tudo para evitar o depoimento do ex-ministro do governo Geisel. Tentou aprovar um projeto de resolução aumentando o número de deputados que integram a Comissão, para possibilitar uma maioria governista na sua composição. Se isto desse cer-

to, a consequência seria a desconvoação do general Frota e a substituição do combativo deputado Alencar Furtado na presidência da CPI por um deputado do PDS.

Mas a manobra foi derrotada graças à obstrução dos partidos de oposição — menos o PTB, que colaborou com o PDS — e também porque os próprios deputados pedessistas não colaboraram com a liderança do partido e não compareceram em peso para votar. Com isto o governo e o PDS sofreram uma nova derrota parlamentar e o general Frota depôs normalmente, tirando qualquer dúvida sobre a veracidade do relatório Saraiva e de todas as pesadas denúncias de corrupção sobre homens-chave do regime há muito tempo e que continuam ocupando postos no primeiro escalão do governo.



Os professores nas ruas de Arapiraca protestaram contra o prefeito

Protesto reúne dois mil professores em Arapiraca

Cerca de 2 mil professores da rede municipal de ensino fizeram uma manifestação em Arapiraca, a segunda cidade de Alagoas, dia 25. Os professores protestavam contra o confisco feito ilegalmente pela prefeitura em seus magros salários. Foi a primeira manifestação deste porte que trabalhadores já realizaram naquela região.

Os professores têm registrado em sua Carteira Profissional o salário mínimo regional (Cr\$ 30.600,00) porém nos guichês de pagamento só recebem Cr\$ 18.600,00. O restante fica com a prefeitura, que é do PDS, sob o pretexto de que "o país está em crise". Por isso "nós reunimos dia 20, cerca de 400 professores — afirmava uma professora — e resolvemos fazer este ato pú-

blico para protestarmos contra tudo isto". O ato contou com a presença maciça da população, principalmente dos pais de alunos.

Os professores reivindicam o pagamento de três meses de salários atrasados, o 13º salário, o reajuste que desde maio não é pago, e a restituição das parcelas confiscadas ilegalmente com juros e correção monetária.

Segundo as professoras que participaram do ato, "os pais dos alunos estão apoiando totalmente o movimento. E até nos disseram que eles é que deveriam estar fazendo os atos públicos, pois não é justo que os professores paguem para ensinar os seus filhos, porque nós gastamos dinheiro mesmo para ensinar". (sucursal de Arapiraca - Alagoas)

Morreu o lutador Gregório Bezerra

Morreu Gregório Bezerra. Na madrugada do dia 21, vítima de um enfarte, cessou de pulsar o coração do veterano combatente pernambucano (83 anos), cujo nome tornou-se parte da história do movimento operário brasileiro, da insurreição nacional-libertadora de 1935 e, em especial, da resistência dos filhos do nosso povo nos cárceres.

O corpo de Gregório Bezerra, que faleceu em São Paulo, chegou a Recife na madrugada de terça-feira e foi velado no plenário da Assembléia Legislativa pernambucana. Em volta, uma multidão díspar e unida no respeito ao velho lutador, homenageado com uma forte salva de palmas. No mesmo plenário, na véspera, os deputados Luciano Siqueira e Hugo Martins haviam discursado prestando reverência à memória de Gregório.

Durante toda a madrugada o corpo foi velado. E só ao entardecer, uma hora difícil de respirar, o féretro partiu para o Cemitério de Santo Amaro, ao som da "Internacional", hino dos trabalhadores.

Não durou muito e uma multidão de 5 mil pessoas engrossou o cortejo.

No caminho, as vozes se repetiram: "Camarada Gregório — presente". Do alto de um edifício, alguém, logo aplaudido, agitou uma bandeira vermelha.

No cemitério, junto com os trabalhadores da cidade e do campo que prometiam continuar a luta do velho, estavam personalidades oposicionistas, como Marcos Freire, Miguel Arraes, Cristina Tavares, Roberto Freire. Gregório foi enterrado ao cair da noite e, depois de discursos, ecoou nova-mente a "Internacional".

(Marco Albertim, de Recife)

83 anos de batalhas e de prisões

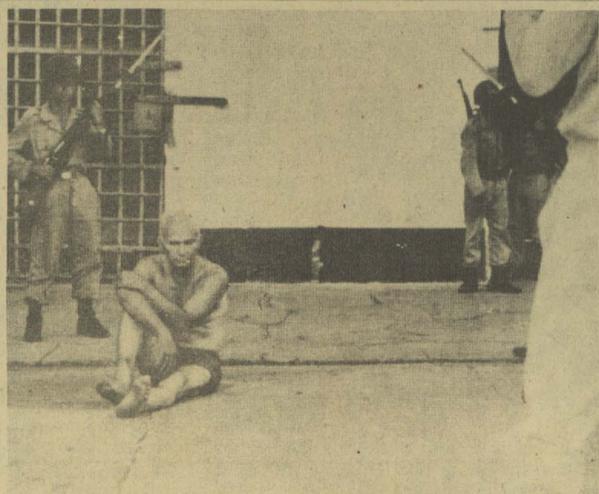
O povo de Pernambuco chorou a morte de um dos seus mais decididos e admirados combatentes, o velho revolucionário de 35. Gregório Bezerra.

Nascido em Panelas, agreste pernambucano, filho de camponês pobre, aos quatro anos Gregório trabalhava na roça. "Minha primeira escola foi a enxada e a foice" — costumava dizer. Aos oito anos era assalariado da cana. Depois, em Recife, foi gazeteiro e ajudante de pedreiro.

Aos 17 anos, Gregório Bezerra foi preso pela primeira vez, por fazer propaganda da Revolução Socialista de 1917. Condenado a nove anos de reclusão, cumpriu cinco. Mais tarde ingressou no Exército, onde se alfabetizou aos 25 anos de idade, chegou a sargento e tomou contato com o Partido Comunista do Brasil, através do jornal A Classe Operária.

DE PRESO A DEPUTADO
Filiado ao Partido em 1930, ele participou ativamente da Aliança Nacional Libertadora e da insurreição de 1935 em Recife. Preso em seguida, condenado a 25 anos, cumpriu dez, até a anistia de 1945. Foi então eleito deputado federal constituente pelo PC do Brasil — o deputado mais votado de Recife e o segundo em todo o Estado. Decretada a ilegalidade do Partido, teve o mandato cassado em 1948, mas prosseguiu seu incansável trabalho de organização dos operários e trabalhadores rurais.

Em Gregório Bezerra, porém, a opção revolucionária era muito mais sentimento, instin-



Gregório prisioneiro do Exército, logo após o golpe de 1964

to. Nunca foi dado ao estudo e ao debate aprofundado dos problemas políticos e teóricos. Por isso jamais se libertou da influência de Luís Carlos Prestes e, quando este enveredou pelo caminho do revisionismo kruschovista, limitou-se a seguir o velho caudilho.

Quando o inimigo de classe aparecia às claras, sem disfarce, aí sim Gregório sabia responder à altura. O golpe militar de 1964 o encontrou entre os canaveiros da Zona da Mata de Pernambuco. Preso, barbaramente torturado no Quartel do Parque de Motomecanização do Exército, em Recife, foi arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, semidespido, uma corda amarrada ao pescoço e presa a um jipe, en-

quanto o coronel Vilcoq, aos berros, conclamava a população a linchá-lo. O protesto mudo do povo que a tudo assistiu se ampliaria através do tempo, consagrando o exemplo heróico do velho combatente.

Gregório Bezerra esteve preso até 1969 quando, com mais 14 presos políticos, foi libertado em troca do embaixador americano Elbrick, que fora seqüestrado. Depois de dez anos de exílio, com a anistia, o velho militante retornou a Pernambuco e a sua luta. Nas eleições de 1982, candidato a deputado estadual pelo PMDB, apesar do peso dos anos e da saúde alquebrada, atirou-se com ardor à campanha. (Luciano Siqueira, deputado estadual de Pernambuco)

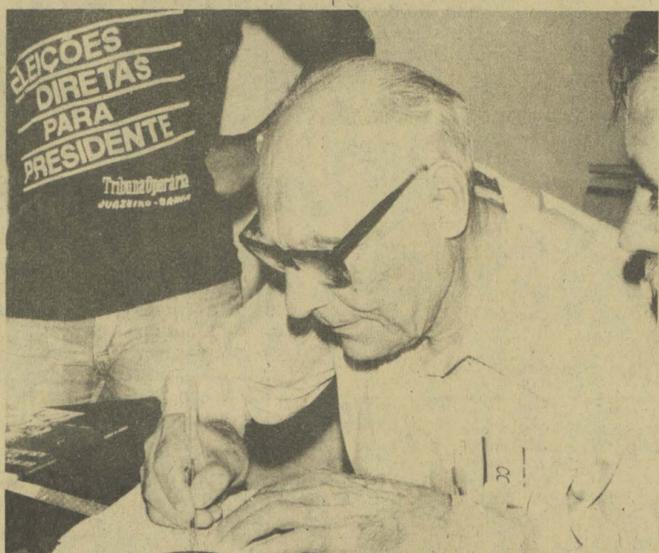
Vibrante acolhida a José Duarte

Em visita à Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, o veterano líder operário e comunista José Duarte, falou sobre as propostas revolucionárias para o país sair da crise, reuniu-se com operários e sindicalistas e conclamou a população a apoiar a luta pela legalidade do PC do Brasil. Duarte, 76 anos de idade e 60 de militância partidária, já foi preso 34 vezes por suas idéias, sem nunca se dobrar aos seus algozes.

Em Maceió, onde passou dois dias na semana passada, logo ao chegar Duarte participou de uma manifestação pública promovida pelos partidos de oposição contra o decreto 2.045 e a política econômica do governo. Ao ser anunciado seu nome, foi calorosamente aplaudido pela multidão.

A noite, na palestra que proferiu no Teatro de Arena, o dirigente comunista homenageou o ex-senador Teotônio Vilela e falou sobre a exigência nacional de "uma saída democrática, patriótica e popular para a crise em que os governos militares afundaram o país".

Em Recife também o roteiro de José Duarte foi movimentado. Proferiu duas concorridas palestras no comitê do deputado Luciano Siqueira, uma para sindicalistas e outra para estudantes. Fez também um debate no distrito industrial do Cabo, onde foi recebido com muito carinho pelos operários. Visitou ainda os Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Elétrici-



José Duarte autografa o lançamento da Revista "Guerrilha do Araguaia"

tários e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape), onde saudou a combatividade dos grevistas canavieiros.

Em João Pessoa, o Teatro da Universidade Federal da Paraíba ficou completamente lotado para ouvir do velho líder operário as propostas dos comunistas para tirar o Brasil da situação calamitosa em que se encontra.

Duarte esteve na Bahia entre 21 e 26 de outubro, e logo ao chegar no aeroporto de Salvador, foi recebido pelo deputado Filemon Matos, líder do PMDB na Assembléia

Legislativa, pelo deputado Luís Nova, pelos vereadores Sérgio Oliveira, Ney Campello e Jane Vasconcelos, além de representantes de entidades sindicais e estudantis.

Na noite do dia 21 participou, junto com Péricles de Souza — que o saudou em nome dos comunistas baianos —, do lançamento do livro "Eurocomunismo é Anticomunismo", de Enver Hoxha, editado pela Editora Anita Garibaldi. O auditório do Instituto dos Arquitetos estava lotado, para ouvir a opinião dos marxistas-leninistas sobre a traição revisionista

No sábado, dia 22, Duarte foi recepcionado por moradores do bairro Jardim Cruzeiro, onde residia quando foi preso em 1972. No domingo percorreu o Pólo Petroquímico de Camaçari, onde se reuniu com operários, setores populares e vereadores. Participou de uma reunião na Federação dos Trabalhadores Rurais, com mais de 60 presidentes de sindicatos, quando saudou a luta dos camponeses pela terra. Depois promoveu uma palestra no Clube Comercial, com a presença de 600 pessoas, sobre a História do Movimento Operário no Brasil, promovida pelo Centro de Cultura Operária. Ele abriu seu discurso dizendo que "a classe operária jamais se ajoelhará diante dos opressores". E defendeu ardorosamente a unidade dos operários: "Enquanto os capitalistas dizem cuide de si, não se incomode com seu companheiro, o lema da classe operária é um por todos e todos por um". Destacou em particular o papel do Partido Comunista do Brasil em todas as lutas do proletariado desde o início deste século.

No dia 25, o veterano líder operário esteve na Câmara de Vereadores de Salvador e na Assembléia Legislativa, onde convidou os parlamentares a participarem do ato público pela legalidade do Partido no dia 28 em S. Paulo.

Nos encontros e palestras, José Duarte provocou admiração por sua tenacidade e dedicação à luta pela libertação do proletariado e do povo brasileiro. (das sucursais)

STM mantém condenação aos padres e posseiros

No último dia 20, o Superior Tribunal Militar manteve as condenações aos padres franceses e a 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia, Sul do Pará. Aristides Camio e Francisco Gouriou, no processo anterior, haviam sido condenados respectivamente a 10 e 8 anos de reclusão, acusados de "incitar a violência entre as classes sociais". Os posseiros estão condenados a 8 anos de reclusão acusados de matar um pistoleiro, em emboscada, e ferir cinco agentes da Polícia Federal e do Getat, em agosto de 1981.

Este julgamento, baseado na famigerada Lei de Segurança Nacional, causou o repúdio da opinião pública brasileira e internacional. Durante o processo vários posseiros foram torturados na prisão e coagidos a assinar declarações envolvendo os padres no incidente armado de agosto de 1981. Após a



Camio e Gouriou: condenados pelo STM

confirmação das penas pelo STM, o secretário da Anistia Internacional, Thomas Hammarberg, com sede em Londres, enviou telegrama ao presidente Figueiredo exigindo que os padres Camio e Gouriou sejam colocados em liberdade. O telegrama afirma que "a alegação de que os dois tinham incitado os posseiros à violência não tem fundamento evidente".

Errata

Na edição da semana passada, um erro gráfico inutilizou a compreensão do artigo "O Congresso sindical de Brasília Grande Logo após o intertítulo "Uma porta aberta para reconstruir a unidade rompida" foi suprimido um trecho que diz: "É verdade que em alguns essa atitude tem raiz na recusa diretista de aceitar qualquer central"... etc.



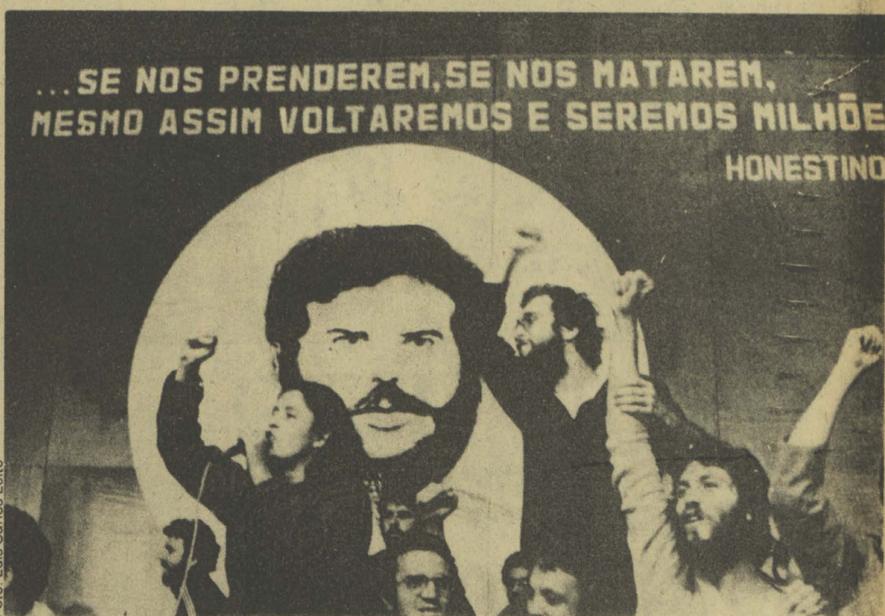
No centro de São Paulo, menos de 500 pessoas se manifestaram no 25 de outubro

Congresso da UNE contra emergência dos generais

A exigência da "imediate revogação das medidas de emergência no Distrito Federal" e uma "saudação e solidariedade ao Congresso Nacional por ter rejeitado os decretos 2024, 2036 e 2045" encabeçaram as resoluções políticas do 35º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), concluído na manhã de segunda-feira, dia 24, em São Bernardo do Campo.

O Congresso foi considerado o maior da história da UNE: 2.700 delegados, 300 a mais que o de 1982, e alguns milhares de observadores. Ao contrário de outras vezes, não houve maiores problemas de organização e condições materiais, em boa parte graças ao apoio da Prefeitura de São Bernardo. Os debates, acalorados e exaustivos como de hábito, terminaram com uma esplêndida vitória da bancada de *Viração* (veja o box).

O quadro diferiu do Congresso anterior, realizado em plena campanha para as eleições de 15 de novembro e marcado pela formação de dois blocos, um de adeptos do PMDB, outro do PT. Desta vez, nada menos que 12 propostas distintas foram apre-



Clara, presidenta da gestão anterior, apresentou ao Congresso a chapa vencedora, encabeçada por Pai

O triste fim da "greve geral" do PT

Após tanto estardalhaço, foi cancelada a greve geral marcada para 25 de outubro pela Central sindical petista. No seu lugar ocorreram magros atos públicos esta terça-feira, em alguns Estados, num atestado da fragilidade da CUT-PT. Seus líderes, porém, ainda teimam em fechar os olhos à realidade e recusam-se a lutar pela reunificação do movimento.

Já na sua convocação, em agosto, no Conclat-São Bernardo, era previsível que essa greve daria em cancelamento ou em fiasco. Excludista e unilateral, a corrente do PT nem tentou buscar outros sindicalistas para engrossar a paralisação. Ao contrário, procurou formar uns tais "comandos" para as categorias onde não dominava o Sindicato — não para responder com energia ao governo da fome, mas para reforçar sua Central.

Em alguns Estados, como Alagoas, a greve nem foi mencionada. Na Paraíba, só a Associação dos professores fez alguma divulgação, na capital. Na Bahia, Minas e Rio, a preparação foi quase nula. Mesmo entre o metalúrgico de São Bernardo, Vicente de Paula, diretor do Sindicato, admitiu que a categoria não aceitava "ir à greve sozinha, isolada".

A pretexto da greve, a Central petista recusou-se a engrossar as caravanas a Brasília, taxadas de "pelegas", para pressionar o Congresso na votação dos decretos do arrocho salarial. Na votação do 2.024, só enviou três sindicalistas; na do 2.045, apenas 15. Jair Meneguelli, coordenador da Central, chegou a dizer em público, no Rio, que caravana esvaziava a greve geral. O mesmo argumento foi invocado para esvaziar o protesto nacional em 30 de outubro. "Não prevíamos que o Congresso fosse derrubar o 2.024 e o 2.045" — confessou Gilmar Carneiro, membro da Central.

No fim, já era patente que aquela greve não sairia. Sintomaticamente o primeiro Estado a propor a suspensão foi o Rio Grande do Sul, onde a paralisação fora maior no 21 de julho. Já no Rio de Janeiro, quem optou pelo cancelamento foi o Diretório do PT e não os Sindicatos...

CADÊ A AUTOCRÍTICA?

Chegado o dia 25, restou apenas fazer minguados atos públicos. O de São Paulo reuniu menos de 500 pessoas — visivelmente desanimadas.

A Central petista, no entanto, não se dá por achada. Segundo a nota que divulgou, não houve greve devido à queda do decreto 2.045, à falta de dinheiro (!), ao boicote dos "pelegos e reformistas"... Ou seja, descarregam tudo sobre fatores externos, sem se deter um minuto sequer

Extraí as lições

A greve geral de 25 de outubro é assunto morto e enterrado, pela férrea lógica dos fatos. A expectativa agora é que os trabalhadores e seus líderes sindicais extraíam as lições que estes fatos contêm.

Ninguém duvida das boas intenções de tantos sindicalistas que se comprometeram a fundo com essa diretiva exclusivista e equivocada. É gente honestamente empenhada em enfrentar a política de fome do governo Figueiredo-FMI; e que, com toda razão, enxerga na greve geral uma arma colocada na ordem do dia, na guerra que o governo move contra o povo.

O erro não residiu aí, mas na ilusão exclusivista de acreditar que boas intenções poderiam substituir a unidade de combate das massas assalariadas e suas entidades representativas.

Agora seria a hora desses companheiros darem a volta por cima. Nenhuma facção, sozinha, pode levar adiante com êxito a luta dos trabalhadores. A reunificação do movimento é urgente, ainda que seja pelo menos, para enfrentar a nova ofensiva do arrocho que se chama 2.065.

numa análise autoerítica de sua orientação exclusivista.

Apenas um ou outro dirigente da Central, como Paulo Azevedo, admite: "A CUT não representa o conjunto do movimento sindical e sim um segmento, temos consciência disto. Para conseguir realizar uma greve é necessário engajar mais setores". E uma prova viva disso é a própria categoria de Azevedo, a dos metroviários de São Paulo, uma das que vanguardaram a greve de 21 de julho. "O pessoal só pára se souber que outros setores importantes param; a unidade é condição indispensável para a greve" — comenta Paulo Soler, também do Sindicato dos Metroviários mas crítico enérgico do blefe de 25 de outubro.

Conclat—Praia Grande chega à reta final

Há uma semana da realização do Conclat da Praia Grande, aumentam o número de entidades sindicais inscritas e as expectativas com suas resoluções. Sindicalistas de prestígio afirmam que lá estarão com o objetivo central de elevar o nível de lutas e organização dos trabalhadores e de procurar os caminhos para a reunificação do movimento sindical.

Em reunião do seu Conselho de Representantes, a Contag concluiu que é possível levar para Praia Grande cerca de mil Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Já a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo informa que grande parte dos Sindicatos da categoria de todo o país estarão presentes ao encontro, fortalecendo sua cor operária. Mesmo várias entidades que estiveram no Conclat de São Bernardo já decidiram enviar suas delegações ao litoral paulista, contrariando a orientação dada pela direção da Central sindical petista. É o caso dos dois Sindicatos de Alagoas que são membros da Central, do Sindicato dos Metroviários paulistas etc.

A preocupação maior dos dirigentes sindicais mais consequentes é que o Congresso dê passos concretos para a reunificação do movimento sindical. "Precisamos superar as divergências, superar as idéias incorre-

tas daqueles que julgam ser donos do movimento sindical e únicos defensores dos trabalhadores. É preciso caminhar para a unidade", afirma Neves, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brasília. "Lutaremos para que as conclusões do Conclat sejam as mais unitárias, representem o conjunto do movimento sindical, que abram brecha inclusive para os companheiros que estiveram em São Bernardo", garante Urbano, diretor da Contag.

Neves também espera que o Congresso "tire propostas de luta avançadas, que reflitam as condições de miséria do povo, superando quaisquer tendências de conciliação com o governo". A mesma expectativa tem Paulo Soler, diretor do Sindicato dos Metroviários: "Espero que o Conclat avance no sentido da luta sindical se direcionar contra aquele que é o fator gerador dos problemas que os trabalhadores vivem: o regime militar".

sentadas na discussão sobre situação nacional, refletindo o momento grave e complexo que o país vive.

PELO FIM DO REGIME

As resoluções vitoriosas evitam posicionamentos genéricos para centrar fogo em bandeiras mais diretas. Entre elas,

a luta pela derrubada do decreto 2.064, o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida, a revogação da LSN e a libertação dos presos políticos, uma Assembleia Constituinte livremente eleita, liberdade de organização partidária e eleições diretas para presidente da República.

O "apoio à luta dos trabalhadores em busca de um movimento sindical unitário" foi um dos pontos aprovados. "O 35º Congresso da UNE — diz outra resolução — se posiciona pela organização de uma greve geral ampla e unitária dos trabalhadores e do povo brasileiro, contra o decreto 2.064, contra as medidas de emergência em Brasília e que avance a luta contra a política econômica do governo e pelo fim do regime militar".

O FUNERAL DO "BLOCO"

Certas mudanças no quadro do movimento estudantil marcaram o Congresso. Em primeiro lugar, esfalçou-se o chamado "bloco de oposição à diretoria da UNE", criado pelo PT em torno de uma plataforma tão simples quanto frágil: "apoio à CUT e à greve geral de 25 de outubro".

Ocorre que, no dia mesmo da abertura do Congresso, a Central sindical petista foi forçada a desistir de sua "greve geral", admitindo implicitamente que tratara-se de um blefe. O "bloco" não resistiu a esse fiasco: enquanto uma parte acatava melancolicamente a suspensão da greve de 25, outra rebelava-se, sentindo-se traída e criticando abertamente a postura dos sindicalistas.

Nem mesmo a presença do secretário-geral do PT, Fran-

cisco Weffort, numa reunião da bancada petista na noite de sábado, conseguiu evitar a cisão. Uma vez desmantelada a plataforma que os unia, as diferentes "tendências" componentes do "bloco" voltaram a engalfinhar-se entre si.

Em segundo lugar, isolou-se por completo a facção que os estudantes batizaram de *Reforma*. Movida por uma linha direitista, favorável ao entendimento com o governo, ela apresentou uma visão "nova" sobre como deve ser a UNE: apolítica, amorfa, confinada nas escolas apenas e cega para o restante do país. Saiu vaiada pela quase totalidade do plenário.

Neste quadro, a chapa vitoriosa para a diretoria da UNE formou-se com a predominância da *Viração*, mas abrindo espaço para diversas "tendências" saídas do finado "bloco de oposição", inclusive militantes do PT, que se dispuseram a aplicar as resoluções do 35º Congresso.

Apresentada pela presidenta da entidade na gestão 1982-83, a baiana Clara Araújo, esta chapa recolheu uma considerável maioria. "Oxente, Oxente, o Pai é presidente!" — gritava em coro a bancada da *Viração*, aplaudindo o Pai, Acildon de Matos, que encabeçará a nova diretoria.

Do outro lado, ficaram os remanescentes do "bloco de oposição", já então reduzido à sua expressão mais pura — os grupos trotsquistas do PT. Quanto à *Reforma*, nem sequer apresentou-se como alternativa. Seus delegados, cerca de cem, abstiveram-se na votação.



Vibração no plenário: Viração ganhou mais uma proposta

Viração saiu invicta

A bancada da *Viração* foi, de longe, o grande destaque do 35º Congresso da UNE. Não perdeu uma só votação, importante ou secundária. Em um ano, saltou de 700 para mais de 1.000 delegados, cerca de 40% do total e mais que o triplo de qualquer outra "tendência". Se é verdade que o Congresso foi uma vitória do conjunto do movimento estudantil, o mérito por isto cabe a ela em primeiro lugar.

Aguerridos, entusiasmados, incansáveis na defesa dos seus pontos de vista, os delegados e observadores da *Viração* vararam os quatro dias de debate e chegaram à manhã de segunda-feira, após uma noite em claro, com o mesmo impulso arrebatador do início. Foi preciso inclusive que as lideranças da "tendência" se empenhassem em moderar suas manifestações, para evitar um efeito de rolo compressor que seria prejudicial à democracia e ao pluralis-

mo de idéias no movimento estudantil.

O segredo deste crescimento e deste desempenho reside numa proposta que aprendeu a ser ampla e combativa ao mesmo tempo; voltada para o combate ao regime militar sem virar as costas para as reivindicações mais sentidas dos estudantes; marcada pelo trabalho sério, pelo desejo de unidade e pelo fortalecimento das entidades. Além disso, *Viração* soube criar um estilo jovem de tratar a política, e não só ela mas também a cultura, a arte, o esporte, as preocupações dos estudantes em geral.

Estes elementos atraem para *Viração* um número crescente de jovens, sobretudo os de extração mais popular, passando por cima inclusive das simpatias e filiações partidárias. Assim, não é de estranhar que todos os presidentes da UNE desde o Congresso de reorganização em 1979, tenham saído das fileiras da *Viração*.

"Nossa força, nossa voz"

O movimento estudantil brasileiro mostra uma maturidade e solidez dignas de atenção especial.

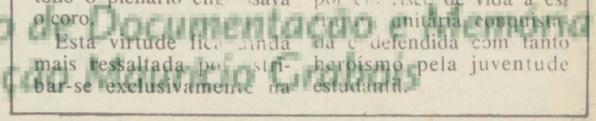
Ao contrário de muitos países, no Brasil os estudantes têm uma única entidade máxima, uma só entidade em cada Estado, Universidade e escola. Esta estrutura, representativa do conjunto dos universitários, abriga pelo menos uma dúzia de diferentes "tendências" políticas e ideológicas. Divergências, discussões acaloradas, eleições disputadíssimas, são coisa corrente. Mas nem a mais sectária das "tendências" consegue levar avante qualquer tentativa de cindir o movimento.

No Congresso da UNE isso ficava patente toda vez que, quando o debate ia mais acirrado, alguém "puxava" a palavra de ordem "A UNE somos nós, nossa força, nossa voz". Logo todo o plenário engrossava o coro.

Esta virtude ficou ainda mais ressaltada por estribar-se exclusivamente na

consciência e na tradição de luta do movimento estudantil. Ali não há imposto sindical, nem tutela do Ministério do Trabalho ou coisa semelhante. Pelo contrário, o governo teima em não reconhecer sequer a legalidade da UNE e das UEEs. Não faz muito tempo, ainda caçava suas lideranças e constrangia o movimento à semiclandestinidadade. Mesmo nessas condições extraordinariamente adversas, a unidade se manteve.

Naturalmente não há motivo para se dormir sobre os louros. Assim como os demais segmentos do movimento popular têm a aprender com este exemplo, os estudantes precisarão se manter vigilantes e trabalhar duro para desenvolvê-lo sempre mais. A abusiva partidarização das entidades estudantis, em especial, é um vírus que se não for combatido pode minar e até pôr em risco de vida a entidade e defendida com tanto heroísmo pela juventude estudantil.





As mulheres ajudaram a derrubar o 2.045

O movimento de mulheres de São Paulo, no último dia 18, foi até Brasília lutar contra o decreto 2.045 e também aproveitar para exigir a reformulação do código civil que discrimina a mulher perante a lei. As mulheres enfrentaram dificuldades para sair de suas casas e defender os interesses do povo. Muitas deixaram seus filhos e maridos ou carregaram seus bebês pequenos nos braços na longa viagem, faltando ao trabalho e até comprando algumas brigas para poder engrossar essa caravana.

A viagem começou num clima de muita alegria. Todo mundo queria falar, contar sua luta. Eram mulheres de vários bairros de todo canto da cidade e também dos municípios vizinhos. Tinha professoras, empregadas domésticas, enfermeiras, comerciantes, funcionárias públicas etc.

O caminho até Brasília

foi muito fértil. Discutiu-se a política econômica e social de nosso país. Fomos privilegiadas com a presença de mulheres experientes e destacadas na luta de nosso povo, como dona Luizza, da Associação Feminina de Vila Alpina, que participou da luta contra o envio de pracinhas brasileiros à Coreia. Ouvimos também a companheira Ana Maria, do Movimento Contra a Carestia, que já esteve várias vezes em Brasília na luta contra a carestia. Falou também a companheira Criméia, que durante a década de 70 participou da Guerrilha do Araguaia.

Interessante também foi o depoimento das mulheres simples do povo, que diziam que ainda não tinham entrado na luta porque se sentiam sozinhas, e que achavam que era importante a união de todos os partidos de oposição contra o governo.

Nossa chegada a Brasília foi triunfante. Subimos a rampa do palácio gritando: "Fora daqui com o FMI". Muitas faixas e alegrias, acompanhadas pelas deputadas de oposição. Tomamos o salão verde e fizemos nossos discursos e assim fomos atraindo a atenção de todo o Congresso.

Na volta enfrentamos um outro problema. Quando paramos num restaurante para almoçar, por sermos pobres e negras, apesar de termos pago nosso comercial ao preço absurdo de Cr\$ 2 mil, o dono queria nos impedir de dividirmos a refeição. O comerciante explorador se negou a nos vender o almoço e chamou a polícia. Acontece que as mulheres fizeram grande movimentação e até mesmo a polícia acabou nos dando razão, além do apoio dos motoristas e camioneiros. **(mulheres do ônibus 560, da caravana a Brasília - São Paulo, SP).**

Camponês de Alagoas fala da miséria dos flagelados

Primeiro quero parabenizar a TO pelo seu desempenho a favor do trabalhador e campesinato, classe sofrida e oprimida. Vocês devem estar acompanhando todas essas propagandas da famosa Globo, instrumento do governo e do imperialismo, que mostra toneladas de alimentos para os flagelados, mas que aqui ainda não chegou. Em alguns lugares que chega é onde há saques.

Quero que os irmãos do sul saibam que esta campanha é uma farsa. Está sendo manipulada com finalidades políticas. Mas não precisamos de esmola, precisamos de uma melhor distribuição de renda e que sejam criadas condições concretas para podermos conviver com a seca. Precisamos de uma reforma agrária radical, pois os que passam fome são os que não têm terra.

O que vi de positivo nessa campanha foi a unidade do povo brasileiro. A boa vontade e compreensão dos nossos irmãos do sul, que também vivem sacrificados, sofrendo com a falta de emprego e essa inflação. Nós agradecemos de coração. Só poderemos pagar esse ato de compreensão nos unindo na luta, dando se possível for nossas vidas para pôr fim a essa sujeira.

A ajuda maior parte daqui mesmo. Não fosse a mobilização nossa, já tinha morrido muita gente de fome. O que temos aqui é umas frentes de serviço em que o trabalhador é obrigado a trabalhar doente e com fome nas obras do município, ou seja, da prefeitura, e nas fazendas dos lati-

fundiários. Há três meses que trabalham e só recebem um mês e muitos deles descontados.

Nada disso resolve, nem frente de serviços e muito menos essa campanha da Globo, gigolô dos americanos. É triste e revoltante vivermos num país tão rico e um Nordeste tão miserável: é triste um homem depois de criado morrer de fome; é triste um pai de família ver seus filhos morrerem desidratados e com fome; é revoltante ver nossos filhos serem jogados no submundo do crime e da marginali-

dade e nossas filhas na prostituição; é triste um pai de família alimentar seus filhos com ratos e lagartixas e outros insetos.

Companheiros de todo o Brasil. Operários que milagrosamente se sustentam com o magro salário e ainda repartem o pão com os nordestinos. Não queremos o seu sacrifício. Queremos, sim, união para botarmos essa gang para fora e construirmos um mundo melhor e acabar de uma vez por todas essa miséria em que nos encontramos.

(J.C.S. - Pariconha,



Tribuneira lembra aniversário da TO

Lembro, ainda hoje, quando em 1979 começaram os primeiros rumores de que estaria saindo um jornal, o qual viria ao encontro das lutas populares. Naquela época eu era uma pessoa alienada, mas já sentia que a crise estava se tornando insuportável.

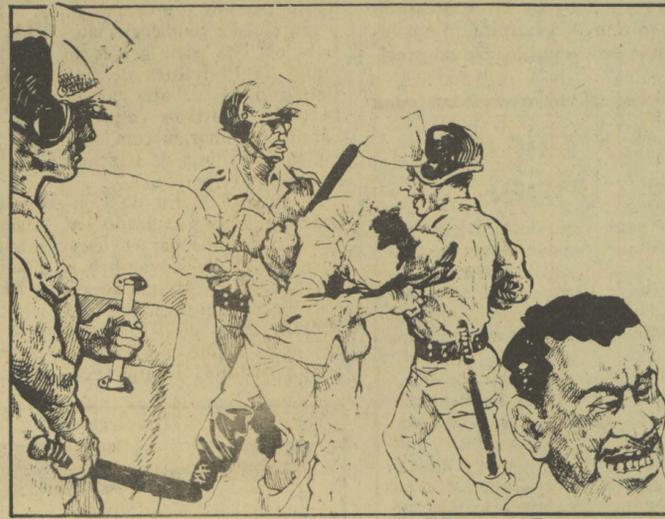
Hoje já se passaram quatro anos, ele está aí. Mais vivo do que nunca. Já se tornou uma necessidade para cada um de nós, fazendo parte do dia-a-dia. É ele, com sua clareza e objetividade, que nos dá forças para cada vez mais nos unirmos e lutarmos contra este regime autoritário, sem o menor sentimento patriótico.

Hoje sou uma pessoa que está ao lado da luta, com a maior vontade de levar adiante aquilo que é necessário para que o Brasil passe a ser dos brasileiros, dos que realmente amam este país.

Comemorar quatro anos de existên-



tência é algo maravilhoso e tenho certeza de que, num espaço bastante curto, estaremos comemorando muito mais do que um aniversário, estaremos comemorando a nossa libertação. Estaremos ingressando em uma vida digna, onde a classe operária é que estará no poder, decidindo o nosso destino. Ai, sim, *Tribuna Operária*, a nossa festa será completa. **(uma tribuneira de Porto Alegre, Rio Grande do Sul).**



Favela do Vintém tira lição do saque

O povo tem todo direito de satisfazer as suas necessidades básicas. Em 3 de setembro foi exatamente isso que aconteceu. Um grupo de moradores da Vila do Vintém, sem ter o que comer decidiu ir buscar alimento onde tinha. Eles estavam certos. Errados estariam se tivessem invadido as milhares de barracões existentes dentro da favela.

O descontentamento na favela é tão grande, que durante quase uma semana vivemos em verdadeiro campo de batalha, sem falta a disposição para nova investida assim que a polícia se distanciava. E essa, selvagemmente invadia casas e espancava moradores em plena rua. Os agentes do DIE enganaram-se, pois sentiram que prender

os saqueadores era ter que prender e espancar 40 mil moradores da Vila do Vintém. E essa prática não era muito aconselhável.

A política de fome desse regime persiste. A verdadeira causa dos saques continua. E agora o que fazer? Os moradores já conhecem as soluções que o governo tem.

Nessa primeira semana de setembro teve realmente algo de novo, tão grande que foi o suficiente para sufocar o medo de quem tá com fome e desempregado. Enquanto persistir projetos de lei tipo 2.045, decretos-lei de fome e esse regime militar, não tenham dúvida, o povo se levantará, hoje para conter a sua fome e amanhã para acabar com o governo dela. **(grupo de moradores da favela Vila do Vintém - Rio de Janeiro, RJ).**

Operários são vítimas do pó da Cimepar de João Pessoa

Trabalhar na Cimepar, fábrica de Cimento de João Pessoa, está se tornando um verdadeiro inferno. Como se não bastasse os baixos salários, as condições de trabalho são muito precárias. Sem falar noutras coisas, de uns tempos pra cá não tem quem agüente mais a poluição interna. Antes era o povo da ilha do Bispo e de Bayeux que não agüentava a poluição soltada pela fábrica, agora são também os operários as vítimas.

A fábrica inteira é tomada pelo pó de carvão do silo que armazena e distribui o carvão para o forno. Os operários que trabalham no silo (são grupos de quatro), quando

saem, mais parecem o cão, de branco só os dentes. Trabalham sem proteção, sem máscaras, sem nada. Mas o pó atinge todo mundo. São cerca de 300 operários nesse sufoco.

Do jeito que está não dá para continuar. O sindicato inclusive vem tentando fazer alguma coisa, mas até agora não teve nenhum resultado, inclusive deu prazo para a fábrica regularizar a situação e os patrões não deram resposta. Se não der resultado, nós devemos tomar outras providências, afinal chega de exploração. **(um operário da Cimepar - João Pessoa, Paraíba).**

Prefeito de Coroatá enche os bolsos e persegue o povo

Coroatá, no Estado do Maranhão, tem um prefeito ladrão. Poucos dias depois de sua posse, cerca de 60 dias, sem que nada possuísse, comprou uma casa por Cr\$ 18 milhões do sr. Aldo Dantas. Também comprou mais 130 gados do mesmo senhor. Ainda para sustentar o gado comprou pasto no valor de Cr\$ 580.000,00; mais três propriedades no interior do município de Coroatá, uma casa no bairro João Paulo e outra no Olho d'Água, na capital. Para cada filho é a esposa um carro, fazendo um total de cinco carros.

Ora essa, o prefeito "honesto" ganha apenas Cr\$ 400.000,00 da prefeitura por mês. Dará para comprar tudo isso?

O melhor exemplo de sua administração quanto aos trabalhadores é que vem pagando a uma professora leiga menos de Cr\$ 800 e uma normalista Cr\$ 1.400,00 por mês. O Exmo. prefeito já botou para fora do emprego cerca de 70% do funcionalismo da prefeitura sem suas devidas indenizações.

O que já está se vendo nas ruas são pichações escritas: "Fora prefeito ladrão", "Fora prefeito pistoleiro", "Paga o povo, ladrão criminoso". Este elemento é odiado pelo povo, até mesmo os do PDS. Ele se fala em prender os lavradores e meter a peia. O povo espera bem a gente um fora a este grande ladrão. **(H.J.P. - Coroatá, Maranhão).**



fala o POVO

As mulheres que foram a Brasília lutar pelo fim do decreto 2.045 escreveram ao *Fala o Povo* relatando a sua experiência. É uma carta rica de ensinamentos, mostrando como as mulheres, enfrentando toda sorte de dificuldades, estão dispostas a lutar por um mundo melhor para seus filhos. Muitas delas já têm uma experiência de luta antiga e outras participavam pela primeira vez de uma manifestação política. Mas todas elas estiveram presentes com grande entusiasmo na derrubada do decreto do arrocho. A cada dia um contingente maior de mulheres vai se conscientizando do seu destacado papel na luta pela liberdade em nosso país.

Funcionários da rodoviária de São Paulo sofrem ameaça

Os funcionários que trabalham no Terminal Rodoviário do Tietê no atendimento ao público, sofrem diariamente a tensão, tanto de chefes como da carga horária que é de 8 horas diárias, com prolongamento às vezes de 12 horas, o que já custou o afastamento de cinco companheiros por problemas nervosos. Friso aqui que por lei todo trabalhador que presta serviços de atendimento ao público, como é o caso dos metroviários, tem o direito de trabalhar apenas 6 horas.

Tudo de ruim acontece para os funcionários que trabalham nesta rodoviária. Os nossos companheiros ficam expostos diariamente a todo tipo de chacota e até mesmo de agressões de marginais da mais alta periculosidade. Estes marginais são conhecidos por arrastadores, e são os taxistas que ludibriam a boa-fé, principalmente de nordestinos, quando estes chegam aqui a São Paulo fugidos da seca. Se algum de nós tenta intervir contra estes ladrões do povo, que têm toda a cobertura dos policiais civis e militares, corremos risco de vida. Inclusive estes sujeitos vivem armados com arma de fogo.

Além disso existem postos ali totalmente isolados e os nossos companheiros de trabalho ficam ali horas a fio sem poder sair para tomar água ou fazer suas necessidades fisiológicas. Tudo isto acontece e os administradores do terminal rodoviário não tomam nenhuma providência. **(metroviário leitor da TO - São Paulo, SP).**

A exploração deslavada de uma clínica de Campinas

A tribuneira Maria Conceição — de Campinas, São Paulo — entrevistou uma faxineira na Clínica Santo Antônio, em Campinas, e mostra as condições de trabalho naquele local.

Pergunta: Como é o trabalho de vocês aqui?

Júlia: Ah, minha filha, nós temos que chegar às 6 horas. Se não picar o cartão às 15 para às 6 nós perdemos um dia de serviço, sem direito aos domingos.

Pergunta: E as horas de descanso?

Júlia: Também tem que descansar de pé. Se a encarregada nos pegar sentada, ela faz a gente levantar na hora. À tarde, quando tem bastante movimento ela ainda manda a gente ficar mais um pouco o que acaba atrasando o ônibus.

Pergunta: E a comida aqui é boa?

Júlia: Não sabemos, pois nós, as faxineiras, trazemos comida de casa. Até as enfermeiras trazem, só as cozinheiras que não recebem aqui. Nem café não temos direito, pois os vigias e as encarregadas ficam atrás só para mandarem a gente trabalhar a vida de escravidão.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A iniciativa das massas

A iniciativa das massas representa um fator de primeira ordem na luta por mudanças sociais. Particularmente nas situações de crise, as massas buscam, além das formas tradicionais de luta, novos caminhos para enfrentar a pressão das classes dominantes. Para ajudar o povo a elevar o seu nível de consciência e mobilização é preciso encontrar, às vezes em pequenos acontecimentos, os sinais que permitem a passagem do movimento de massas a uma nova fase.

CLIMA DE REVOLTA

Atualmente dois aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar o clima carregado de revolta que se espalha por todo o país. Fatos relativamente sem maior importância por si mesmos desencadeiam uma violenta explosão, envolvendo milhares de pessoas. O trabalhador atormentado pela miséria que bate às portas de todos, sem ganhar o mínimo para alimentar a família, ameaçado de não ter onde morar ou de perder o emprego, provocado por pacotes e mais pacotes e por um sem-número de medidas de arbítrio do governo, manifesta o ódio acumulado de forma irrefreável, enfrentando a repressão e destruindo o que encontra pela frente. Isto vale tanto para o atraso do trem em Ermelino Matarazzo como para a destruição da delegacia de Barrinha.

Mas nem sempre a reação ao massacre do qual é vítima se traduz em ações descontroladas. Premido pela fome, não tendo mais o que esperar, o povo tem experimentado os saques aos supermercados. Embora movido pelo desespero, é um ato pensado e criativo. Como tem inferioridade de forças, o trabalhador espontaneamente percebe que o fator surpresa é que pode lhe trazer uma vitória, mesmo que pequena para "quebrar o galho".

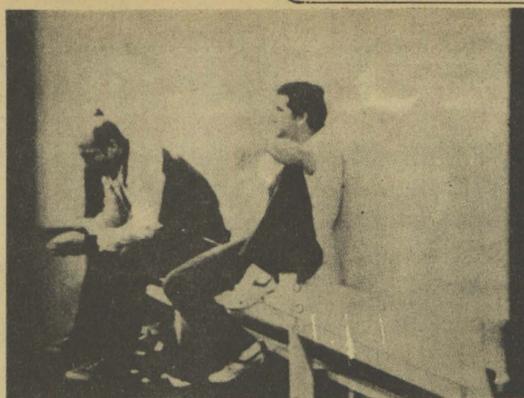
Primeiro são dez ou vinte, depois se juntam até quinientas pessoas, como já aconteceu tanto no Rio como em S. Paulo, quando já ganharam alguma experiência... e coragem. Não é assalto, não conseguem, entender o movimento social. Seus participantes buscam unicamente comida, não tocam em mais nada — a não ser as crianças que vez por outra, levadas pelas mães, pegam uns bombons "supérfluos", mas que os filhos dos patrões soboreiam a toda hora.

O POVO AMADURECE

Estes dois componentes, a revolta que se alastra e as pequenas ações organizadas — embora ainda espontâneas —, caracterizam o sentimento que amadurece entre as massas. E na medida em que tanto o descontentamento como estas formas novas e ainda frágeis de organização e luta vão passando a ser pensadas e discutidas pelo povo, criam-se condições para um salto de qualidade no nível do movimento popular. E por isto mesmo é que os governantes tanto se assustam.

Para os operários conscientes, longe de se assustar, o que se coloca na ordem do dia é ajudar o povo a sair das ações espontâneas, dispersas e muitas vezes desesperadas, para um movimento amplo, com objetivos definidos, não só para atender necessidades imediatas mas visando a alterar o rumo do desenvolvimento do país, levando em conta os interesses nacionais e as condições de vida dos trabalhadores.

Não se trata de sair em campo para condenar os saques, como fazer tanto os donos do poder, como os covardes reformistas. Mas esclarecer as massas que estas ações — embora justificáveis na situação atual e embora resolvam o problema imediato — não são suficientes para resolver os problemas dos brasileiros. E canalizar esta disposição tão grande, esta iniciativa criadora, para forjar um movimento operário e popular mais forte, capaz de responder às exigências da crise em curso no país.



O desconsolo de Parreira proporcional à decepção da torcida.

O futebol em crise da Copa América

Após uma das campanhas mais tímidas da história do nosso futebol, a seleção de Parreira decide o título sul-americano em disputa contra a seleção do Uruguai. As finais consistirão de duas partidas, e em caso de empates não poderemos contar com a moedinha providencial que nos salvou nas semi-finais. Haverá o terceiro jogo.

Duas vitórias, três empates e uma derrota. Eis o balanço da campanha que nos trouxe às finais da Copa América. Trocamos a condição de campeões "morais" do mundo, mestres do futebol arte e outros adjetivos do naipe, pela constrangedora posição de artilheiros de sorteio. Não tendo conseguido vencer a limitada seleção do Paraguai, em duas partidas sucessivas, a seleção de Parreira acabou atingindo a fase final do torneio favorecida pela tumultuada "cara ou coroa" depois do segundo jogo.

Carlos Alberto Parreira, nem antes e nem durante a sua atuação à frente do selecionado, mostrou reunir condições para ocupar o cargo. Mas não pode ser responsabilizado sozinho pelo vexame. Mais de uma dezena de supereraques transferiram-se para a Europa seduzidos por dólares e também empurrados pela crise violenta que atinge o nosso futebol. A incompetência dos cartolas somaram-se os efeitos da crise econômica que flagela o país para arruinar a estrutura do futebol profissional, que por se assentar em moldes estritamente capitalistas agoniza junto com o modelo econômico em crise profunda.

Não bastasse tudo isso, o calendário da competição impede que os talentos restantes produzam tudo o que sabem. Como pretender que Jorginho, Tita, Roberto, Eder, Sócrates e Júnior apresentem seu melhor futebol jogando três vezes por semana e uma delas fora do país? Como conciliar duas disputas simultâneas e

de características completamente diferentes? Os jogadores que disputam a maratona do campeonato paulista, com cerca de 50 compromissos, e a Copa América, disputada em diversos países com um treino apenas antes de cada partida, devem estar recitando um verdadeiro "samba do crioulo doido" para assimilar tão diversificada gama de orientações técnicas e funções táticas de jogo.

O Brasil não vence competição internacional de futebol na categoria principal desde 1970, coincidentemente num dos últimos anos em que os nossos campeonatos eram disputados pela clássica fórmula de turno e retorno. A estrutura do futebol tinha mais solidez e os jogadores estrangeiros é que se transferiam para cá. O São Paulo, campeão paulista de então, tinha Pedro Rocha e Pablo Forlan, ambos uruguaios. O Fluminense, campeão brasileiro no mesmo ano, tinha Doval e no campeão de Minas, Atlético, jogavam Mazurkiewesky e Cincuneghi. Puro acaso?

Partimos para as finais, portanto, com um retrospecto muito ruim. Fizemos campanha medíocre. O último título sul-americano vencido pela nossa seleção remonta a 1949, na inesquecível geração de Bauer, Jair e Zizinho. E enfrentaremos a lendária "azul celeste uruguia", de quem não vencemos partidas decisivas desde 1919. Moedinha não vale, mas como anda na moda gol de juiz, quem sabe a sorte vira.

(J. Madureira)

A vida e a obra de Jararaca e Ratinho

Em 1979, Sonia Maria B. Calazans Rodrigues venceu o Projeto Lúcio Rangel de Monografias da Funarte. Agora, após quatro anos, o órgão do Ministério da Educação publica "Jararaca e Ratinho", a famosa dupla caipira", e lança também o disco "Jararaca e Ratinho", com piadas e sucessos da consagrada dupla de nossa música popular.



Jararaca e Ratinho, numa foto de setembro de 1951

José Luiz Rodrigues Calazans e Severino Rangel de Carvalho constituíram uma das mais famosas — e duradouras — duplas caipiras da música brasileira: Jararaca e Ratinho. Uma dupla voltada para os valores populares e brasileiros. Entre os seus sucessos, emboladas como "Espingarda pá" e chorinhos como "Saxofone, por que choras?". O trabalho dessa dupla foi objeto de uma monografia de Sonia Maria B. Calazans Rodrigues, vencedora de um concurso do Ministério da Educação, e que agora está sendo publicada pela Funarte. A entidade reeditou também o LP "Jararaca e Ratinho", lançado pela Copacabana em 1960.

A monografia de Sonia Calazans Rodrigues traz ricas informações sobre a vida familiar de José Luiz e de Severino Rangel, bem como apreciações de suas obras musicais e literárias (no caso, de Jararaca), fartamente ilustradas com fotos, fac-símiles etc. Por ela ficamos sabendo, por exemplo, que o maior sucesso de Jararaca, a marcha carnavalesca "Mamãe eu quero", nasceu durante a apresentação de uma peça pela dupla, chamada "Meu pai é meu filho".

"Nas palavras de Jararaca, no fim da peça ficava um homem muito gordo (...) que perguntava:

— E agora, como é que eu fico?

Era o fim da peça, ele se perdia na trama e dizia:

— Não sei mais se o pai de meu filho é meu pai. O que fazer?

"Ai eu entrei com o caso, dando um sábio conselho: o jeito é você se abraçar com seu pai e dizer Mamãe, eu quero mamar!"

Desde 1936 quando foi criada, a música é obrigatória em qualquer baile carnavalesco do país. Seu sucesso foi tão grande, que Jararaca fez, inclusive, uma nova letra quando saiu candidato a vereador pelo Partido Comunista do Brasil, no Rio de Janeiro em 1947:

Mamãe não quero
Mamãe não quero
Mamãe não quero mais

mamar

Nisto, chega um guarda:

"Pois é isso.

— É verdade.

— E não é?

— Sim, senhor.

— E não é.

— É mesmo."

Um livro a que o povo deveria ter acesso

O disco e o livro sobre Jararaca e Ratinho infelizmente ficarão distantes dos lares de milhões de brasileiros. Seu custo (Cr\$ 3.850,00 o livro; Cr\$ 2.790,00 o disco) e a própria distribuição para venda não permitem o acesso de um público realmente vasto à obra. O livro de Sonia Rodrigues é resultado de uma pesquisa minuciosa. A autora entra em particularidades da vida dos artistas. Mas não analisa a influência que a posição política de Jararaca (que, segundo Sonia, "era realmente comunista de corpo e alma") tinha em sua obra... Mesmo assim, é um livro que enriquece o conhecimento sobre a importante dupla de artistas, e contribui para a sua divulgação.

"Você está preso. Não sabem que é proibido conversar política na rua?"

Se a produção de Jararaca era bastante extensa, principalmente no campo das emboladas, marchas e poesia de cordel, já o trabalho de Ratinho era o de um músico dedicado, como destaca Altamiro Carrilho em seu depoimento transcrito no livro de Sonia Rodrigues: "Ratinho, naquele tipo de instrumento, pode-se dizer que foi o melhor do Brasil: criativo, cheio de nuances, original, o melhor estilista. Com música brasileira ninguém tocou melhor que ele no saxofone soprano. Foi um mestre. Um gênio. Não foi superado até hoje com seus sons e efeitos estranhos. É como eu o vejo".

ESQUECIMENTO

A partir dos anos 60, a dupla foi relegada a um certo esquecimento pelas rádios e televisão. Jararaca chegou a ser demitido da Rádio Nacional pelos militares golpistas, em 1964, em razão de suas conhecidas simpatias pelo comunismo. Desde então, suas aparições foram rareando.

A última apresentação da dupla se deu numa visita à Penitenciária Lemos de Brito, no Rio, pouco antes da morte de Ratinho, em 1972. Depois disso, Jararaca ainda participou, como humorista, no programa de Chico Anysio na tevê, com o nome de outra cobra: Sucuri. Morreu em outubro de 1977. Alguns de seus poemas só agora estão sendo publicados, no livro de Sonia Rodrigues. Mas os integrantes da famosa dupla ainda não tiveram o reconhecimento merecido pela rica obra popular e progressista que realizaram na arte e cultura nacional. (Carlos Pompe)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. AMAZONAS — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pra. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. PARÁ — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. MARANHÃO — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. PIAUÍ — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar — CEP 64000. CEARÁ — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206 — CEP 60000. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 — CEP 62100. RIO GRANDE DO NORTE — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim — CEP 53000. PARAIBA — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108 — CEP 58000. CAMPINA GRANDE: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. PERNAMBUCO — Recife: Rua Sossogo, 221 — Boa Vista — CEP 50000. CABO: Rua Vigário Batista, 239 — CEP 54500. GARANHUNS: Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 — CEP 55300. ALAGOAS — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro — CEP 57000. ARAPIRACA: Praça Marques da Silva, Ed. Arthur F. Neto, apto. 312 CEP 57000. SERGIPE — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sl. 28 — CEP 49000. BAHIA — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro — CEP 40000.

Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 Centro — CEP 44100. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar — Centro. Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 — CEP 45600. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A — CEP 44060. MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605 — CEP 30000.

Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 — CEP 36100. GOIÁS — Goiânia: Rua 27, nº 69, Centro — CEP 74000. DISTRITO FEDERAL — Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 — CEP 70302. MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548. Fone: 321.5095 — CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 — CEP 79100. ESPÍRITO SANTO — Vitória: Av. Vitória, 961 — Forje São João — CEP 29000. CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM: Pra. Geromino Monteiro, 89, sala 02 — Centro 1 Cachoeiro — CEP 29300. RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 — CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F. Madureira — CEP 20000. NITERÓI: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 — CEP 24000. DUQUE DE CAXIAS: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — CEP 25000. NOVA IGUAÇU: Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 — CEP 26000. SÃO PAULO — São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 — CEP 09700. São Caetano do Sul: Rua Sta. Catarina, 39, sala 303 — CEP 09500. Campinas: Rua Regente Feijó, 592 — CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar — CEP 17500. Piracicaba: Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 — CEP 13400. Ribeirão Preto: Rua Sergipe, 119 — CEP 14100. Santos: Av. D. Pedro II, nº 7 — CEP 11100. São José dos Campos: Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 — CEP 12200. Taubaté: Rua Souza Alves, 632 — CEP 12100. PARANÁ — Curitiba: Rua Martim Afonso, 370 — CEP 87000. Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8 — CEP 86100. RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 — CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15 — CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8. Tel.: 263.7400 — São Paulo — SP.

Publicações da Editora Anita Garibaldi

- O Eurocomunismo é Anticomunismo (E. Hoxha) Cr\$ 1.500,00
- O Imperialismo e a Revolução (E. Hoxha) Cr\$ 1.500,00
- Relatório ao 8º Congresso da PTA (E. Hoxha) Cr\$ 1.000,00
- Discurso aos eleitores (E. Hoxha) Cr\$ 400,00
- Guerrilha do Araguaia (2ª edição) Cr\$ 2.000,00
- Farabundo Martí, herói de El Salvador Cr\$ 400,00
- Os Comunistas e as eleições (V.I. Lênin) Cr\$ 600,00
- A Educação Revolucionária dos Comunistas (D. Arruda) Cr\$ 800,00
- O Revisionismo Chinês de Mao Tsé Tung (J. Amazonas) Cr\$ 1.000,00
- Pela liberdade, pela democracia popular (J. Amazonas) Cr\$ 800,00
- Socialismo — ideal da classe operária (J. Amazonas) esgotado
- Princípios (N.ºs. 3, 4, 6) o exemplar: Cr\$ 500,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor da compra. Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.

Cinco mil depredam trens

Cerca de cinco mil pessoas depredaram três trens, queimaram uma viatura da polícia e saquearam um supermercado e uma padaria na manhã de segunda-feira, na Zona Leste de São Paulo. O quebra-quebra começou por causa do atraso dos trens, na estação de Ermelino Matarazzo, e só terminou duas horas depois. No mesmo dia toda a PM foi colocada de prontidão.

Dirceu Lopes é pedreiro e estava no trem onde começou o quebra-quebra. "O trem saiu de Calmon Viana às 5:41 da manhã — conta ele. Estava muito lotado, porque ao invés de 12 carros só vinham seis. Já estava atrasado, porque as portas não fechavam. O pessoal estava bravo, ia perder o serviço. Eu marco ponto às 7 horas em Vila Galvão e às 6:45 ainda estava aqui (em Ermelino Matarazzo). Eu estava sentado e vi a turma dizendo vamos quebrar, vamos quebrar..."

A composição UWF-213 chegou lotada e avariada à estação Ermelino Matarazzo. Logo a seguir, duas outras composições chegaram à estação e também ficaram paradas. Um pouco antes das 7 horas os passageiros revoltados começaram a arrebentar vidros, luminárias e bancos das três composições. As rádio-patrolhas que chegaram ao local foram recebidas a pedradas. Uma delas foi virada e incendiada — seus ocupantes tiveram que fugir a pé — e outras duas saíram com os vidros quebrados. A multidão impediu que um carro do Corpo de Bombeiros apagasse o incêndio.

A esta hora a grande maioria era de trabalhadores que já haviam perdido o dia de trabalho, e também a paciência. Um trabalhador da Madeireira Irmãos Padin, que fica ao lado da estação e assistiu a toda a movimentação, contou à Tribuna Operária que o povo jogou o carro incendiado para o meio da pista e gritava para os policiais: "Vem aqui agora". O pelotão da PM ensaiou alguns passos, mas teve



A PM não conteve o povo enfurecido que destruiu a viatura policial (acima) e que depois saqueou o supermercado Minibox (ao lado)

que recuar diante da chuva de pedras que caiu sobre ele. Nem os tiros afugentaram os manifestantes.

Por volta das 8 horas os populares subiram pela avenida Paranaguá, em direção ao supermercado Minibox, do grupo Pão de Açúcar. No caminho tentaram entrar na Panificadora Elisabete, sendo contidos a muito custo pe-

"Um dia estoura tudo e aí sai uma revolução"

lo dono, Carlos Alberto Marques, que conseguiu fechar as portas. Carlos Alberto explica que "na hora em que eu vi o pessoal vindo da estação com pedras na mão, eu disse: o negócio vai esquentar".

As paredes de vidro do supermercado Minibox foram totalmente quebradas, mas o saque interrompeu-se pela metade porque chegou a Tropa de Choque. Rapidamente a multidão se dispersou pelas ruas do bairro,



muitos levando os produtos do Pão de Açúcar. Nas duas horas de tumulto, 32 pessoas saíram feridas, entre elas, dois policiais; 40 foram jetadas.

Após a rebelião, vários popu-

lares contemplavam a viatura queimada. Um operário comentou à TO: "Eu sou contra quebrar estabelecimento, mas com esse salário aí é preciso um quebra de vez em quando. Hoje é

aqui, amanhã em Santo Amaro, outro dia em algum canto qualquer, até que estoura tudo de uma vez e aí sai uma revolução".

(Domingos de Abreu)

Atrasos de trem geram explosões

Por que a multidão depreda os trens que ela mesmo utiliza diariamente? É "a pergunta que muitos fazem". A resposta está no desespero das milhares de pessoas que só podem utilizar este meio de transporte, por ser o mais barato.

Nos últimos 20 anos as ferrovias ficaram abandonadas, não sofrendo praticamente nenhuma ampliação e constantemente os trens ficam avariados. E todos os quebra-quebras nos trens ocorrem devido a defeito ou atraso. Bastam alguns minutos de atraso para o trabalhador perder dois ou três dias do seu minguado salário, porque além do dia de serviço perde o domingo e o feriado. Somente na linha de trens suburbanos da Rede Ferroviária Federal — onde viajam diariamente cerca de 400 mil pessoas — houve três depredações em menos de 90 dias.

As autoridades sempre procuram um bode expiatório para mostrar que existem "agentes infiltrados" que incitam os quebra-quebras. Mas o verdadeiro "agente infiltrado" é a situação tensa em que viajam os passageiros devido aos baixos salários, desemprego, carestia etc. Junte-se a isso o longo tempo em que os usuários do trem viajam espremidos dentro de vagões superlotados. O trabalhador gasta em média duas horas e trinta minutos por dia dentro de trem ou ônibus. Isto significa 60 horas de viagem por mês da casa ao trabalho. Numa situação dessas, de um estopim qualquer surge a explosão.

As lutas dos metalúrgicos



Mais de 5 mil metalúrgicos presentes numa assembleia unitária, sem provocações

Como há muito não se via, os metalúrgicos de São Paulo realizaram uma forte assembleia de campanha salarial no último dia 21. Mais de 5 mil operários repudiaram a intransigência patronal, vaiaram o governo e aprovaram formas de mobilização. Não houve as prejudiciais brigas e ao final, num clima de unidade, todos se retiraram "com a responsabilidade de trazer mais companheiros para lutar a próxima assembleia", dia 28.

A assembleia se realizou sob o impacto da queda do 2.045, com os presentes comemorando a derrota do governo, mas lembrando a imposição de um novo decreto de arrocho salarial, o 2.064. Para a categoria este decreto não refresca em nada a situação de baixo poder aquisitivo. Cerca de 46% dos 400 mil metalúrgicos paulistas ganha acima de três salários mínimos e será duramente arrochada. E o decreto se fará sentir principalmente nas grandes fábricas, nas multinacionais, onde se concentra a parcela mais combativa da classe. Na Ford, por exemplo, apenas 10% dos aproximadamente 2.500 operários garha

abaixo de três mínimos. Neste sentido a diretoria do Sindicato reafirmou sua intenção de "fazer de conta que o 2.064 não existe", continuando a exigir 87% de reajuste salarial para repor as perdas salariais nos últimos meses.

"A única solução é por pra fora o general Figueiredo e toda a sua curriola"

Por sua insistência em impor decretos e pela situação de caos em que se encontra o país, o governo militar foi duramente criticado por todos os oito oradores. "Esse negócio do governo de jogar decreto em cima de

decreto só vai cansá-lo, pois nós vamos derrotá-lo sempre. Não vamos dar moleza pra esse governo", afirmou um dos oradores. Outro, bastante aplaudido, foi o metalúrgico da Metal Leve e membro da comissão de negociação, Eustáquio Vital, que pediu o fim do regime militar: "Nós derrotamos o 2.024, o 2.045 e o general Figueiredo agora tenta impor o 2.064, usando até de medidas de emergência. A única forma de melhorar a nossa situação é pôr para fora Figueiredo e toda sua curriola".

A necessidade de uma nova greve geral foi lembrada por todos os oradores, inclusive pela diretoria do Sindicato, que anunciou que proporá a definição de uma nova data de greve no Conclat da Praia Grande. Mas, demonstrando maturidade, todos afirmaram que para ser bem sucedida a paralisação precisa ser unitária, e condenaram a divisão do movimento sindical.

"Patrões fazem pouco caso da gente"

Se depender unicamente da intransigência patronal, os 400 mil metalúrgicos paulistas irão à greve no início de novembro. Mais do que nos anos anteriores, a Fiesp (sindicato patronal) nada tem cedido na mesa de negociações. "Eles estão fazendo pouco caso das nossas reivindicações", afirma Lúcio, operário da Ford e membro da comissão salarial dos metalúrgicos.

"Não temos visto disposição dos patrões de realizar uma negociação séria. Eles estão intransigentes, parece que brincam com a gente", comenta Lúcio, que detalha como têm sido as reuniões na Fiesp: "Eles se negam a conceder mesmo as reivindicações sociais mais simples. Até no pedido da parada para o café chegaram ao cúmulo de dizer que onera as firmas. Quando reivindicamos estabilidade no emprego, eles propuseram os tais critérios de dispensa."

Os patrões se escoram na crise econômica para justificar a inflexibilidade, o que irrita os membros da comissão de negociação. "É inegável que a crise existe, mas os trabalhadores não são os culpados. Ela foi criada pela própria ambição dos capitalistas e por este governo que se rendeu ao FMI. Além disto, eles exageram. Afinal, estão na mesa de nego-



Lúcio: "total intransigência"

ciações representantes da Ford, Volks, GM, Metal Leve, grandes firmas que, a gente sabe, têm grandes lucros", afirma Lúcio.

Há também a indefinição da política salarial, com o governo impondo decretos que são derrotados no Congresso. "Eles tentam nos enrolar, esperando que saia um novo decreto-lei do governo corrupto. Dizem que vão respeitá-lo, que vão arrochar os salários", conta Juruna, membro da comissão dos metalúrgicos. Juruna sentiu também como os empresários têm medo da organização operária no interior das fábricas: "Não gostam nem de ouvir falar em delegado sindical, em reconhecimento das comis-

sões de fábrica. Não querem que o Sindicato entre nas empresas, nem através das Cipas".

PARTES ANTAGÔNICAS

"A mesa de negociação reflete a base, a guerra dentro das fábricas", explica Juruna, com ar de experiente líder sindical. "São duas partes antagônicas, que não se beijam. Cada uma tem seus interesses: os patrões de sugar nosso sangue; nós de conseguirmos melhores salários. As vezes dá vontade de pegar um patrão pela goela, mas isto não adianta. Eles representa sua classe unida. Nossa única forma de obter vitórias é estarmos unidos, mobilizados, organizados. Temos que pressionar, fazer greve, para arrancar os nossos direitos. Esta assembleia, por exemplo, vai ajudar nas negociações. Ela foi unitária, vibrante, sem brigas, mostrou nossa garra, nossa disposição de luta".

Um operário da Duratex, o Xepa, também membro da comissão de negociação, concordou: "Até agora os patrões estavam achando que a gente estava fraco, por isso tentavam nos enrolar. A partir desta assembleia nós mostramos que estamos dispostos a brigar. Agora vamos fazer concentrações em todas as grandes fábricas, nas fábricas onde há representantes na Fiesp. Aos poucos vamos criando um clima para greve".

"É preciso acabar com esta guerrilha de grupos e convocar uma greve geral"

"É hora da greve geral. O decreto não atinge só os metalúrgicos ou outra categoria qualquer, mas todos os trabalhadores. É necessária a unidade, é preciso acabar com esta guerrilha de grupos no movimento sin-

dical. O pessoal de São Bernardo convocou uma greve geral para o dia 25 e não vai fazê-la, porque foi só uma parte que preparou, uma parte importante, mas que sozinha nada consegue fazer. É preciso que todo o movimento sindical convoque uma greve unitária; a divisão não interessa aos trabalhadores", afirmou Juruna.

Os oradores também condenaram a intransigência patronal (ver box) e falaram da necessidade urgente da organização no interior das fábricas: "Precisamos organizar as comissões de fábrica. Onde elas existem os operários vêm às assembleias, as paralisações são mais fáceis", afirmou Lúcio da Ford.